

**FACULDADES EST**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEOLOGIA**

JOSÉ EDILTON CALADO SILVA

GESTÃO ÉTICA NAS ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO  
NA UFAM

São Leopoldo

2015

JOSÉ EDILTON CALADO SILVA

GESTÃO ÉTICA NAS ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO  
NA UFAM

Trabalho Final de  
Mestrado Profissional  
Para obtenção do grau de  
Mestre em Teologia  
Faculdades EST  
Programa de Pós-Graduação  
Linha de Pesquisa: Ética e Gestão

Orientadora: Laude Erandi Brandenburg

São Leopoldo

2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S586q Silva, José Edilton Calado  
Gestão ética nas atividades curriculares de extensão na UFAM / José Edilton Calado Silva ; orientadora Laude Erandi Brandenburg. – São Leopoldo : EST/PPG, 2015.  
101 p. : il. ; 30 cm

Dissertação (mestrado) – Faculdades EST. Programa de Pós-Graduação. Mestrado em Teologia. São Leopoldo, 2015.

1. Ética. 2. Extensão universitária. 3. Gestão educacional. 4. Administração de projetos. 5. Ensino superior – Aspectos morais e éticos. 6. Programa de Atividade Curricular de Extensão (PACE). I. Brandenburg, Laude Erandi. II. Título.

Ficha elaborada pela Biblioteca da EST

JOSÉ EDILTON CALADO SILVA

GESTÃO ÉTICA NAS ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO  
NA UFAM

Trabalho Final de  
Mestrado Profissional  
Para obtenção do grau de  
Mestre em Teologia  
Faculdades EST  
Programa de Pós-Graduação  
Linha de Pesquisa: Ética e Gestão

Data de Aprovação: 05 de janeiro de 2016

---

Laude Erandi Brandenburg – Doutora em Teologia – Faculdades EST

---

Laura Franch Schmitt da Silva – Doutora em Teologia – Faculdades EST



## **DEDICATÓRIA**

É com muita satisfação que dedico este trabalho a Deus pelas graças que me concede a cada dia, a minha esposa Rosemary Rodrigues dos Santos, aos meus filhos Elton Rodrigues Calado, Rafaela Rodrigues Calado e Eduardo Henrique Calado, aos verdadeiros amigos que têm me acompanhado nos desafios da vida e, especialmente, aos meus professores, desde os que me ensinaram as primeiras vogais até os que me provocaram as mais complexas reflexões, na tentativa de descortinar a grandeza do conhecimento.



## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço aos professores do Programa de Mestrado Profissional em Teologia da Faculdades EST, pelos ensinamentos, acolhimento e dedicação no desenvolvimento das ações pedagógicas que conduziram e contribuíram para o meu crescimento intelectual, não só na produção dessa pesquisa, mas na fixação dos conceitos, valores e ferramentas que nortearão as atividades do meu dia-a-dia. Em especial à Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Laude Erandi Brandenburg, pelas orientações pertinentes, não só no que se refere ao campo do intelecto, como também no emocional. Agradeço aos colegas de estudo da Faculdades EST pelo convívio saudável e prazeroso que me proporcionaram e pela amizade e companheirismo demonstrados no compartilhamento dos momentos difíceis. Nessa união descobrimos no coletivo a força para superar as dificuldades e buscar os aprendizados necessários, o que me impulsionou para que aqui eu pudesse estar.



## RESUMO

A presente pesquisa busca demonstrar os procedimentos adotados pelos/as docentes da UFAM na coordenação de projetos de extensão universitária do Programa de Atividade Curricular de Extensão (PACE), no que concerne à aplicação dos recursos recebidos a título de bolsa de coordenação do projeto, buscando alcançar seu entendimento quanto à finalidade desse recurso, exigência legal de sua aplicação e prestação de contas, os princípios culturais, éticos e socioeconômicos que influenciam na decisão de como utilizá-los. O projeto de extensão universitária tem sua origem na graduação, sendo nesse patamar onde se encontram majoritariamente as ações aqui pesquisadas, cujo objetivo consiste em investigar a gestão ética dos recursos financeiros destinados aos projetos do PACE, concedidos a título de bolsa de coordenação, discriminar as principais opções despesas de custeio e capital realizadas com esses recursos entre os anos de 2006 a 2012, ressaltando a destinação do material ao final do projeto, com ênfase nos aspectos ético e legal preconizados para a matéria. Assim, esta pesquisa é um relato sobre o uso do erário público em uma modalidade de projeto de extensão universitária com enfoque na perspectiva ética, destacando esses valores intrínsecos dos/as seus/as coordenadores/as.

**Palavras-chave:** Recursos. Ética. Regulamentação.



## **ABSTRACT**

This research seeks to demonstrate the procedures adopted by the professors of the UFAM in the coordination of the university extension projects of the Programa de Atividade Curricular de Extensão (PACE) [Extension Curricular Activity Program], as it relates to the application of resources received as project coordination scholarship deed, seeking to understand the purpose of this resource, the legal requirements for its application and financial accounting, the cultural, ethical and socioeconomic principles which influence in the decision of how to use these resources. The university extension project originates in the undergraduate program, thus it is at this level where most of the actions researched are found. The goal is to investigate the ethical management of the financial resources designated to the projects of the PACE, granted as scholarship titles for coordination, discern the main options for expenditures on costs and capital carried out with these resources between the years of 2006 and 2012, highlighting the destination of the material at the end of the project, with emphasis on the ethical and legal aspects recommended for the material. Thus this research is a report about the use of public funds in a modality of university extension projects with emphasis on the ethical perspective, highlighting these intrinsic values of their coordinators.

**Keywords:** Resources. Ethics. Regulamentation.



## SIGLAS

ACE	Ação Curricular de Extensão
CCA	Centro de Ciências Agrárias
CED	Centro de Ensino à Distância
CEI	Câmara de Extensão e Interiorização
CGU	Controladoria Geral da União
CONGREX	Congresso de Extensão
CONSEPE	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
DLLE	Departamento de Línguas e Literatura Estrangeira
DLLP	Departamento de Línguas e Literatura Portuguesa
DPARTES	Departamento de Artes
EEM	Escola de Enfermagem de Manaus
FACED	Faculdade de Educação
FCA	Faculdade de Ciências Agrárias
FCF	Faculdade de Ciências Farmacêuticas
FD	Faculdade de Direito
FES	Faculdade de Estudos Sociais
FM	Faculdade de Medicina
FORPROEX	Fórum de Pró-reitores de Extensão Universitária
FT	Faculdade de Tecnologia
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICB	Instituto de Ciências Biológicas
ICE	Instituto de Ciências Exatas
ICET	Instituto de Ciências Exatas e Tecnologia de Itacoatiara
ICHL	Instituto de Ciências Humanas e Letras
ICOMP	Instituto de Computação
ICSEZ	Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia de Parintins
IEAA	Instituto de Educação, Agricultura e Meio Ambiente de Humaitá
IFES	Instituição Federal de Ensino Superior
INC	Instituto de Natureza e Cultura de Benjamin Constant
ISB	Instituto de Saúde e Biotecnologia de Coari
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MIEPEX	Mostra Interinstitucional de Ensino, Pesquisa e Extensão
MPF	Ministério Público Federal
PACE	Programa de Atividade Curricular de Extensão
PNE	Plano Nacional de Educação
PROEG	Pró-Reitoria de Ensino de Graduação
PROEXTI	Pró-Reitoria de Extensão e Interiorização
TCU	Tribunal de Contas da União
UFAM	Universidade Federal do Amazonas



## CONCEITOS ADOTADOS NA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

<b>Programa Atividade Curricular de Extensão (PACE)</b>	<p>O programa de atividades de extensão universitária tem por finalidade fomentar ações de extensão. O PACE é constituído por ações extensionistas curriculares, certificadas e creditáveis oferecidas por meio de edital.</p>
<b>Ação Curricular de Extensão</b>	<p>A Ação Curricular de Extensão (ACE) é um componente curricular obrigatório ou não obrigatório, passível de certificação e creditação em nível de graduação desta Universidade. A ACE será oferecida a alunos de graduação regularmente matriculados na UFAM. Cada ACE terá a duração de um semestre letivo e deverá possuir carga horária de 60 (sessenta) horas-aulas, correspondentes a 04 (quatro) créditos.</p>
<b>Projeto de Extensão Universitária</b>	<p>Ação processual de caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico, com objetivo específico e prazo determinado, podendo ser ou não vinculado a um Programa.</p>
<b>Programa de Extensão Universitária</b>	<p>Conjunto articulado de projetos e outras ações de extensão, preferencialmente integrando as ações de extensão, pesquisa e ensino. O Programa tem caráter orgânico-institucional, clareza de diretrizes e orientação para um objetivo comum, sendo executado a médio e longo prazo.</p>
<b>Curso</b>	<p>Ação pedagógica, de caráter teórico e/ou prático, presencial ou à distância, planejada e organizada de modo sistemático, com carga horária mínima de 8 horas e máxima de 359 (para aperfeiçoamento). Acima de 360 horas configura-se curso de especialização.</p>
<b>Evento</b>	<p>Ação que implica na apresentação e/ou exibição pública, livre ou com clientela específica, do conhecimento ou produto cultural, artístico, esportivo, científico e tecnológico desenvolvido, conservado ou reconhecido pela Universidade.</p> <p><b>Exemplo de eventos:</b> congressos, seminários, semanas de cursos de graduação, ciclos de debates e/ou palestras, exposições, espetáculos, festivais, encontros e/ou competições científicas, culturais, esportivas e outros.</p>
<b>Prestação de Serviços</b>	<p>Realização de trabalho oferecido pela Instituição de Educação Superior ou contratado por terceiros (comunidade, empresa, órgão público, etc.); a prestação de serviços se caracteriza por intangibilidade, inseparabilidade processo/produto e não resulta na posse de um bem.</p>

<b>Creditação</b>	<p>Atribuição de crédito ao discente, de acordo com a matriz curricular da disciplina, em consonância com o projeto político pedagógico do curso.</p>
<b>Interdisciplinaridade</b>	<p>É a integração de dois ou mais componentes curriculares na construção do conhecimento. Conforme explicita Libâneo (1994), o processo de ensino se caracteriza pela combinação de atividades do professor e dos alunos, ou seja, o professor dirige o estudo das matérias e assim, os alunos atingem progressivamente o desenvolvimento de suas capacidades mentais. Para esse direcionamento o docente necessita conhecer os princípios e diretrizes, métodos, procedimentos e outras formas organizativas. É através do ensino interdisciplinar, dentro do aspecto histórico-crítico, que os professores possibilitarão aos seus alunos uma aprendizagem eficaz na compreensão da realidade em sua complexidade</p>
<b>Transdisciplinaridade</b>	<p>É uma abordagem científica que visa à unidade do conhecimento. Desta forma, procura estimular uma nova compreensão da realidade articulando elementos que passam entre, além e através das disciplinas, numa busca de compreensão da complexidade.</p>
<b>Multidisciplinaridade</b>	<p>Envolve conteúdos das matrizes curriculares de mais de uma disciplina, cada disciplina envolvida mantém sua metodologia e teoria, sem modificações, não há integração dos resultados obtidos e busca a solução de um problema imediato, sem explorar a articulação.</p>
<b>Indissociabilidade</b>	<p>Preceito constitucional, previsto no Art. 207 da Carta magna, é a vinculação articulada entre o ensino de graduação, a pesquisa e a extensão universitária.</p>

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Demonstrativo das ACE PACE realizados de 2006 a 2012.....	61
Gráfico 2 – Titulação dos/as Coordenadores/as de Extensão.....	68
Gráfico 3 – Utilização dos Recursos das bolsas de Coordenação.....	70
Gráfico 4 – Religião Declarada pelos/as Docentes Coordenadores/as.....	72
Gráfico 5 – Resposta da Questão 1.....	74
Gráfico 6 – Resposta da Questão 2.....	75



## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Total dos Projetos PACE por ano de realização.....	60
Quadro 2 – Consolidação das Respostas Optativas Recebidas .....	73
Quadro 3 – Consolidação das Respostas Optativas Recebidas – Questão 2.....	74
Quadro 4 – Consolidação das Respostas Necessárias Recebidas - Questão 3 .....	75
Quadro 5 – Consolidação das Respostas Necessárias Recebidas - Questão 4 .....	76
Quadro 6 – Consolidação das Respostas Necessárias Recebidas - Questão 5 .....	76
Quadro 7 – Consolidação das Respostas Necessárias Recebidas - Questão 6 .....	77
Quadro 8 – Consolidação das Respostas Necessárias Recebidas - Questão 7 .....	77
Quadro 9 – Consolidação das Respostas Necessárias Recebidas - Questão 8 .....	78



## SUMÁRIO

<b>1 A ÉTICA EM UMA INSTITUIÇÃO FEDERAL DE ENSINO SUPERIOR.....</b>	<b>25</b>
<b>1.1 Ética .....</b>	<b>29</b>
<b>1.2 Princípios Éticos Norteadores do Serviço Público Brasileiro .....</b>	<b>35</b>
<b>2 A GESTÃO DO PROJETO DE EXTENSÃO PACE NA UFAM: UMA SITUAÇÃO A SER ANALISADA.....</b>	<b>39</b>
<b>2.1 Cenário da Pesquisa: PACE da UFAM, características e desafios.....</b>	<b>42</b>
2.1.1 PACE e a comunidade beneficiária .....	45
2.1.2 Os Princípios da Extensão Universitária.....	46
2.1.3 Áreas temáticas e linhas programáticas .....	47
<b>2.2 Fundamentos Legais do Programa de Atividade Curricular de Extensão – PACE .....</b>	<b>48</b>
2.2.1 Interpretativismo Simbólico na Coordenação do PACE.....	52
2.2.2 Importância da decisão nas instituições .....	57
<b>3 A ANÁLISE DOS DADOS: À LUZ DOS PRINCÍPIOS ÉTICOS E RELIGIOSOS</b>	<b>59</b>
<b>3.1 Método da Pesquisa .....</b>	<b>59</b>
<b>3.2 Lugar de onde observa.....</b>	<b>62</b>
<b>3.3 Dados empíricos da pesquisa.....</b>	<b>66</b>
<b>3.5 Resultados da Pesquisa: Uma análise na perspectiva ética.....</b>	<b>80</b>
<b>3.6 Aspectos religiosos subjacentes aos princípios éticos.....</b>	<b>83</b>
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>87</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>91</b>
<b>ANEXO I .....</b>	<b>97</b>
<b>ANEXO II.....</b>	<b>99</b>
<b>ANEXO III.....</b>	<b>101</b>



## INTRODUÇÃO

Esta pesquisa foi realizada mediante acesso e registro de dados obtidos através de consulta a documentos oficiais produzidos entre os anos de 2006 a 2012 e tem por objetivo demonstrar os resultados das análises dos relatórios financeiros referentes ao uso dos recursos públicos, oriundos da matriz orçamentária do Ministério da Educação, apropriados na rubrica de despesas destinadas ao custeio de ações de extensão universitária pela Universidade Federal do Amazonas.

As estruturas administrativas das Instituições Públicas de Ensino Superior nem sempre têm disponibilidade para acompanhar e assessorar o/a docente na gestão de projetos, nessa missão secundária imposta pelo cargo ao coordenador/a de projeto de pesquisa ou de extensão universitária, o que pode lhe causar aflição, constrangimento ou canalizá-lo/a ao cometimento de ilícito administrativo.

Na medida em que constitui um contexto educativo, a extensão permite a reversão de papéis entre docentes e discentes, podendo estes também ensinar e aqueles também aprender, criando entre eles e elas uma relação horizontal e democrática, tendo a instituição de ensino como aparelho que viabilize essa relação, sem mergulhar o/a docente nos abismos para os quais podem conduzi-lo/a, pelo desconhecimento da burocracia e falta de apoio administrativo.

Este estudo justifica-se pela necessidade de uma análise imparcial e impessoal dos documentos oficiais apresentados com a denominação de relatórios financeiros que descrevem a utilização dos recursos públicos recebidos a título de bolsa de coordenação das ações curriculares de extensão universitária.

Tal propósito consiste em identificar como os princípios éticos e outros valores subjacentes podem influenciar na gestão dos recursos da bolsa de coordenação do Programa PACE na Universidade Federal do Amazonas (UFAM), através da análise dos relatórios financeiros e registros das práticas recorrentes, catalogar as que mais possam se caracterizar como recomendáveis, e, à luz das normas gerais aplicáveis, reproduzi-las como sugestão de boas práticas de utilização do erário público nessas categorias de projetos.

Preliminarmente serão trazidos conceitos inerentes aos temas abordados, para que possam propiciar melhor compreensão acerca do universo teórico no qual está envolvida a pesquisa, facilitar a compreensão da linha interpretativa adotada e situar a adequação das ferramentas utilizadas para prospecção dos dados

concernentes ao referido assunto. O passo seguinte será caracterizar a Instituição Pública na qual estão inseridos os pesquisados e o contexto em que realizaram seus trabalhos, detalhar o método utilizado e analisar os resultados que integralizam a estrutura desta pesquisa.

O primeiro capítulo traz conceitos de ética e a percepção desses valores no cotidiano de uma instituição federal de ensino superior, caracterizando o cenário onde a pesquisa foi desenvolvida. O segundo capítulo contextualiza os agentes envolvidos no assunto pesquisado, evidenciando as condições de trabalho, meios disponíveis e alguns aspectos individuais dos agentes executores dos projetos de extensão analisados. O terceiro capítulo descreve a metodologia da pesquisa, as análises dos dados frente às variáveis hipotéticas previamente suscitadas e faz uma abordagem quanto a possível influência dos princípios éticos e de outros valores subjacentes podem interferir na gestão dos recursos da bolsa de coordenação do PACE, à luz dos dados coletados e reflexão na perspectiva ética sobre os caminhos apontados pela pesquisa.

Desta forma, o interesse pela pesquisa “Gestão Ética nas Atividades de Extensão na UFAM” surge também da necessidade da Pró-Reitoria de Extensão e Interiorização (PROEXTI) da UFAM de saber como os aportes financeiros atribuídos a essas ações de extensão estão sendo utilizados, em um momento de análise e reflexão sobre o que se está priorizando como ação de extensão.

## 1 A ÉTICA EM UMA INSTITUIÇÃO FEDERAL DE ENSINO SUPERIOR

Diversos são os/as estudiosos/as que se dedicaram à análise e formulação de teorias em busca de definir a ética, e sua correlação com outros elementos do comportamento humano, dentre eles/as priorizei para este trabalho: Paul Ricoueur, Sebastião Amoedo, Hélder Sarmiento, Maria Nazaré Barbosa, Bruno Pontes, Immanuel Kant, Max Weber, Jürgen Habermas.

A ética, por se referir ao comportamento humano, agindo de forma livre, pode ser qualificado/a como bom ou mau. A ética está intrinsecamente ligada ao ato de ter consciência do que é bom e agir conforme esses preceitos para atingir o resultado nesse sentido. Para tal é necessário que o indivíduo tenha noções de liberdade, disciplinamento interior e de consciência.

Apregoam Vieira e Carvalho que as instituições são produtos da construção humana e o resultado de ações propostas por indivíduos, instrumentalmente, guiados pelas próprias forças institucionais por eles interpretadas, sugerindo um processo estruturado e estruturante, frutos de interpretações e subjetividades.<sup>1</sup>

Com a criação do Programa Atividade Curricular de Extensão (PACE), a Universidade Federal do Amazonas objetivou franquear, tornar mais porosa ou mesmo eliminar fronteiras. Primeiramente aquela que tende a se erguer entre a universidade e a sociedade. Pressupõe-se que é equivocada a concepção que visualize a relação entre elas como sendo a de duas instâncias distintas e contrapostas.

A universidade está sempre em uma sociedade, e esse "estar em" não indica uma mera relação continente, ele não significa apenas que ela é uma parte contida em um todo. Trata-se um modo de estar ativo, de uma parte que funciona dentro de um todo.

Sobre esse sentido de pertencimento, trazido do aspecto institucional para o individual, podemos afirmar que promove compromisso e dedicação do indivíduo com a organização. Amoedo ao destacar que na apresentação dos fatores organizacionais e individuais dentro das instituições, pode-se utilizar de instrumentos que permitam o acesso a esse regramento, assinala que:

---

<sup>1</sup> VIEIRA, Marcelo Milano Falcão; CARVALHO, Cristina Amélia. Carvalho. *Organizações, instituições e poder no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 13.

Os fatores organizacionais podem ser claramente apresentados em manuais de políticas de regras e de procedimentos, ou ainda por meio da cultura, expressa através dos valores, explícita ou implicitamente adotados. E os fatores individuais “englobam a percepção que as pessoas têm de si mesmas em seus empregos”. Tais percepções enfocam as exigências das tarefas sobre o papel desempenhado, a disponibilidade de escolha e o interesse pelo trabalho.<sup>2</sup>

O interesse e compromisso com a instituição é que faz a diferença entre a participação de cada pessoa, diante dos desafios a que é submetida. As condutas convencionadas como adequadas constituem as bases desse coabitar, sendo o referencial na constituição dos princípios éticos.

Pela importância da qual se reveste o tema ética, Oguisso e Zoboli, corroboram com esse entendimento, ao retomar Vaz, concluem que “a pessoa é constitutivamente ética e o predicado da ética se estende a todas as manifestações psicológicas, sociais, políticas, jurídicas, profissionais e outras”.<sup>3</sup>

A extensão, na proposta do Programa Atividade Curricular de Extensão (PACE), também é um meio de realizar os princípios da interdisciplinaridade, na medida em que reúne professores/as e estudantes de cursos diferentes para lidar com as diversas situações encontradas, na busca de superar os entraves ou barreiras que compartimentalizam de modo estanque as grades ou matrizes curriculares.

Em seu artigo, *Ética e Moral*, Antônio Campelo Amaral nos coloca no limiar de aspectos tênues entre as boas práticas para a vida e as normas de condutas que regulamentam as relações para a boa convivência e, acima de tudo, o autor nos oferece uma maneira alternativa e complementar a esses raciocínios paradoxais, aglutinando os pontos positivos de cada uma das correntes (teleológica = que visa o fim e deontológica = de ordem) na complexidade do que se enfrenta no mundo real, ou seja, no dia a dia. Cita o pensamento de Paul Ricoeur ao afirmar que:

São os conflitos surgidos nas relações que nos oferecem a oportunidade de descobrir novas formas de agir, novos caminhos que podem nortear a convivência entre os seres. Assevera o autor que “não interessa se a guerra é de valores ou a guerra é de compromissos fanáticos, o resultado trágico será evidente e para evitá-lo, é exigida uma sabedoria prática, evidenciada em três componentes da ética, que são: Estima de si, solicitude e sentido de justiça”. Todavia, invoca Aristóteles ao referir-se ao equitativo e à superioridade deste, perante o justo, observa: “a razão disso é que a lei é

---

<sup>2</sup> AMOEDO, Sebastião. *Ética do Trabalho*. 2. ed. rev. e ampliada. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2007. p. 42-43.

<sup>3</sup> OGUISSO, T.; ZOBOLI, E. *Ética e Bioética: desafios para a enfermagem e a saúde*. Barueri: Manole, 2006. p. 31.

sempre qualquer coisa de geral, sendo que há determinados casos para os quais não é possível estabelecer um enunciado geral que se lhes aplique com exatidão”.<sup>4</sup>

Trazendo a discussão teórica para a realidade dos projetos do Programa de Atividade Curricular de Extensão (PACE) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), verificamos que as coordenações aplicam tais raciocínios na execução de suas ações curriculares de extensão (ACE), como pode ser ilustrado no exemplo prático contido no relatório financeiro de uma Ação de Extensão, do qual segue relato:

A Coordenação de uma ACE usou os recursos financeiros da bolsa de coordenação do seu projeto na compra de cestas básicas para doações aos comunitários da localidade onde realizou a atividade de extensão.

Análise – Não há previsão legal sinalizando para o dever de utilizar os recursos em despesa tal como a escolhida. (fundamentação não deontológica). Daí a apreciação se o objetivo geral e os específicos de sua ação poderiam ser alcançados, mesmo sem a doação das cestas básicas (fundamentação teleológica), ou se em razão de tratar-se de comunidade de baixa renda, o nível de precariedade econômica dos integrantes comunitários não permitiria a participação desses na ação de extensão (fundamentação contextualista).

A obrigação de fazer em algumas situações pode conflitar com o que é certo fazer, e isto requer discernimento de quem precisa decidir e aplicar as normas aos casos práticos.

Nesse entendimento Paul Ricoeur, ao analisar a necessidade de submeter o desígnio ético à norma, nos conduz à reflexão sobre o vínculo entre a obrigação e o formalismo, aonde os valores consolidados nos relacionamentos humanos ganham sustentação no sentido deontológico. Destaca que “a exigência de racionalidade na interferência do desígnio da vida boa, atendendo a exigência da universalidade, se torna razão prática”. Para ele, o pensamento ético tem sua definição sintetizada em três termos:

O desígnio de uma vida boa, com e para os outros, em instituições justas. Ao analisar a necessidade de submeter o desígnio ético à norma, nos conduz à reflexão sobre o vínculo entre a obrigação e o formalismo, onde os valores consolidados nos relacionamentos humanos ganham sustentação no sentido deontológico. A exigência de racionalidade na interferência do

---

<sup>4</sup> RICOEUR, Paul. *Ética e Moral*. Trad. Antônio Campelo Amaral. Covilha: Textos Clássicos da Lusosofia, 2011. p. 19.

desígnio da vida boa, atendendo a exigência da universalidade, se torna razão prática. Diretrizes aplicáveis erga omnes. Em razão das diferenças de interesses nas relações, a moral surge como a “figura que a solicitude assume frente à violência ou à ameaça de violência”. A sabedoria prática, como preceitua o autor, nasce em decorrência das aplicações das normas nos desígnios da vida, se evidenciam nas situações concretas.<sup>5</sup>

Ao discorrer sobre o assunto, Ricoeur argumenta que a ética carece de outros instrumentos, até mesmo com características deontológicas, para submeter os indivíduos que se relacionam e interagem num convívio desregrado e conturbado. Cita nesse aspecto:

A ética por si só, nesse ambiente historicamente heterogêneo e conflitante, não subsiste. A moral instrumentaliza as regras (embora coercitiva), o conjunto de normas utilizáveis para a convivência, mas por seu dinamismo as relações entre os seres e destes com o ambiente carecem de renovação cotidiana, com destaque cada vez maior à necessidade da prática do amor e do respeito como mandamento pétreo”.<sup>6</sup>

Os procedimentos éticos estão inseridos cotidianamente nas ações de extensão da UFAM, embora haja restrição do Comitê de Ética da Pesquisa, instalado na UFAM, o qual tem seus trabalhos direcionados, exclusivamente, para análise das propostas de projetos da pesquisa acadêmica, o que representa uma dificuldade para os/as extensionistas.

O Amazonas é o maior Estado em área territorial do País, com 1.559.161,68 quilômetros quadrados com um dos mais baixos índices de densidade demográfica do país, com 2,23 habitantes por quilômetro quadrado, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Com uma população de 3.483,985 habitantes distribuída em seus 62 municípios, segundo o Censo 2010. Desse total 2.755.490 vivem na área urbana e 728.495 na área rural. A capital Manaus é uma cidade-estado, sendo a cidade mais populosa da Região Norte, com 1.802.525 habitantes.

O Amazonas detém mais de 90% de sua cobertura florestal preservada e um dos maiores mananciais de água doce do planeta. Nesse universo de terra e água, vive a maior população indígena do País: 168.000 (IBGE 2010) representando 20% de toda população indígena brasileira, distribuídos em 72 povos ou etnias, falantes de dezenas de línguas indígenas. Isso é claro sem contar a população indígena não contatada conhecida também como grupos ou povos isolados. No Estado trabalham

---

<sup>5</sup> RICOUER, 2011, p. 13-17.

<sup>6</sup> RICOUER, 2011, p. 19.

mais de 2.800 professores indígenas em mais de 1.200 escolas indígenas. O Amazonas abriga o maior povo indígena em população que é o povo Ticuna, estimado em mais de 46.000 pessoas, falantes da língua, que representam 5,6% da população indígena brasileira ou 27,3% da população indígena do Estado do Amazonas.

Para as propostas de Projetos que envolvem comunidades indígenas, tradicionais, quilombolas ou ribeirinhas, a PROEXTI/UFAM tem, por deliberação da sua Câmara de Extensão e Interiorização, a postura de somente aprovar a institucionalização de qualquer ação envolvendo essas comunidades quando demonstrada prévia autorização formal dos Órgãos competentes (FUNAI, IBAMA, IPAAM, FUNASI, MPF, etc.).

O termo de aceite da comunidade expedido por suas respectivas lideranças com anuência do órgão que a representa, nele declarando o interesse, viabilidade e relevância da ação extensionista para aquela população, vai além do cumprimento da legislação. É ato de preservação da autonomia e expressão de respeito a esses povos (ética nos procedimentos).

Com essa concepção, a Pró-reitoria de Extensão da UFAM ganha não só um novo sentido, mas também um novo valor, haja vista ser ela a instância com atribuição também de observar a aplicação dos princípios éticos no seu papel de viabilizar a relação transformadora entre universidade e sociedade, além de articular o ensino e a pesquisa de forma indissociável.

A Extensão traz para a reflexão da Universidade novos objetos de estudo e investigação, novos métodos e novas abordagens da realidade social, enriquecendo e renovando assim, tanto o ensino quanto a pesquisa. Nessa linha de raciocínio, ela própria serve como um contexto onde se pode realizar tanto a produção de conhecimentos quanto a viabilização da sua aplicação prática.

## **1.1 Ética**

A expressão ética, conforme ensina Hélder Sarmiento, “origina-se do vocábulo grego “ethos”, que tem por significado o modo de ser ou caráter que, por sua vez, está ligado ao “habitus”, como conjunto de regras e normas adquiridas pelo homem em sua vivência”. Assim sendo, a ética trilhou um caminho de consolidação como condição para um viver seguro, um instrumento que norteia para um viver em

consonância com as leis, os costumes, as virtudes e os hábitos gerados pelos indivíduos em sociedade. Assim, a ética contempla o coletivo e o individual, o sentimento e a razão, o pensamento e o comportamento, a vida social e política na sociedade.<sup>7</sup>

Este conceito nos revela que a ética é uma construção humana, resultado de sua sociabilidade, da qual a educação sempre foi elemento fundamental não apenas para reprodução das regras e dos costumes, mas para propiciar ensinamentos que permitissem o desenvolvimento de juízos e decisões no seio da vida pública.

No cenário da vida pública os/as agentes têm o compromisso pessoal e a obrigação institucional de conduzir-se e espelhar suas ações nos valores éticos, uma vez que as suas atividades afetam e alcançam aos cidadãos. É nesse contexto que abordaremos no capítulo seguinte a importância das boas práticas adotadas pelos/as docentes na coordenação das ações de extensão.

A ética, conforme define Angel Rodrigues LUÑO “é a parte da Filosofia que estuda a moralidade do agir humano, isto é, considera os atos humanos enquanto bons ou maus em um sentido muito concreto, não extensível aos atos ou movimentos não livres.”<sup>8</sup>

Somente às pessoas livres são imputados os bônus ou ônus dos atos por elas praticados, e por essa razão merece destaque os encaminhamentos dados por muitos gestores das ACE na condução administrativa de seus projetos.

Na lição de Maria Nazaré Lins Barbosa a ética, como um saber prático, “se dá no âmbito pessoal e na ação social, procura sistematizar e fundamentar os princípios do agir humano, sob o aspecto de sua retidão moral ou moralidade.”<sup>9</sup> Assim, proporciona as normas necessárias para agir bem. São Tomás de Aquino assim a justificava: “porque não se detém na contemplação da verdade, mas aplica esse saber às ações humanas.”<sup>10</sup>

Para que possamos atribuir a real importância da ética no nosso trabalho, convívio familiar e social é de cabal relevância entender o valor da ética nas rações humanas, neste sentido Ana Karina Moraes assinala:

---

<sup>7</sup> SARMENTO, Hélder Boska de Moraes. *Violência e Ética no Cotidiano das Escolas*. Belém-PA: UNAMA, 2007.

<sup>8</sup> LUÑO, Angel Rodríguez. *Ética*. Pamplona (Espanha): EUNSA, 1982.

<sup>9</sup> BARBOSA, Maria Nazaré Lins. *A Ética e o Terceiro Setor*. Disponível em: <[http://www.eticaempresarial.com.br/imagens\\_arquivos](http://www.eticaempresarial.com.br/imagens_arquivos)>. Acesso em: 27 maio. 2015.

<sup>10</sup> AQUINO, S. Tomás de. *De virtutibus in communi*, q. un. a.6, ad 1 *apud* LUÑO, Angel Rodríguez. *Ética*. Pamplona: EUNSA, 1982.

A ética como um valor, nossa proposta é que nós, nossas relações de parceria e parceiros estejamos abertos a uma permanente reflexão sobre os rimos que estamos tomando. Os impactos que estes percursos geram sobre a sociedade no presente e no futuro, os estados subjetivos e objetivos de insatisfação, dor, alegria, bem-estar e outros que possam estar sendo alimentados no mundo. A mudança começa através de tomadas de consciência, por isso a ética é um valor nas parcerias.<sup>11</sup>

Ao trabalhar a definição de ética na sua trajetória histórica, objetivei apenas trazer à luz como este conceito foi se transformando a partir da sua concepção grega inaugural, sofrendo alterações profundas no mundo moderno e principalmente no contemporâneo. Bruno Pontes clarifica as transformações conceituais pelas quais passou a ética, ao examinar os reflexos desta no serviço público brasileiro.

Existe uma corrente de pensadores/as, que ao apreciarem a ética, utilizam uma divisão histórica cronológica, conceituando-a como: grega, cristã medieval, moderna e contemporânea.

Usando de modo livre as reflexões de Pontes, a ética grega foi substanciada pelos geniais pensadores Platão, Sócrates e Aristóteles, que deram à ética a conotação de disciplina filosófica, difundindo-a e provocando outras reflexões acerca dela.

A ética cristã, fundada nas ideias de São Thomas de Aquino e Santo Agostinho, vinculou a ética aos padrões da divindade e a aproximação com Deus, valorizando o teocentrismo e o Cristianismo.

A ética moderna surgiu como corrente de pensamento oposta ao que baseava a ética às divindades, pois trazia como escopo uma humanização à medida que relacionava a conduta do homem e a sua organização social, tendo como consequência o surgimento do Estado. Nesse período surgem grandes filósofos e pensadores, como: Maquiavel, René Descartes, Tomas Hobbes, Jean-Jacques Rousseau, Immanuel Kant, Espinosa, Hegel, Weber e Nietzsche, de cujas ideias fizeram surgir a ética *unitarista*, que asseverava que “o bem era nada mais nada menos que conseguir dar o máximo de felicidade para o máximo de pessoas”, e também o *pragmatismo*, que tentou desvincular a teoria, para valorizar a prática, de modo que “bom era tudo aquilo que servia de instrumento para produzir felicidade.”<sup>12</sup> Um modelo moderno de Estado, portanto, começou a se formar.

---

<sup>11</sup> MORAES, Ana Karina Araújo de. *Um olhar sobre parcerias e desenvolvimento*. 1ª ed. Recife: Academia de Desenvolvimento Social. 2008. p. 78.

<sup>12</sup> PONTES, Bruno Cesar da Luz. *Ética e compromisso do servidor público*. 2007. p. 2. Disponível em: <<http://www.agu.gov.br/page/download/index/id/525850>>. Acesso em: 18 set. 2015.

A ética contemporânea demonstra um dinâmico e veloz ciclo de transformações, em face da globalização e das rápidas transformações tecnológicas, concentrações populacionais nos centros urbanos e a fase pós-industrial.<sup>13</sup>

Embora as palavras: “ética” (ethos) do grego e “moral” (morale) do latim, sejam correlatas, (significam conduta ou tudo que é relativo aos costumes), não é raro que em geral as pessoas ao definirem a ética, a moral e o próprio direito deem o mesmo entendimento a essas expressões.

É de grande valia diferenciá-las, em razão dos detalhes que lhes conferem importância e significado próprio, a saber:

A ética é uma ciência técnica, responsável pelo estudo dos julgamentos que o homem faz quando se depara com uma conduta humana suscetível de ser analisada sob o aspecto do bem ou do mal. Deduz-se que a ética é uma investigação geral sobre aquilo que é bom, com o objetivo de aperfeiçoar o ser humano. Moral, por sua vez, é uma consciência individual de cada ser humano, depois que ele viveu e absorveu as coisas a seu modo.<sup>14</sup>

Conforme ensina Pontes, sob o prisma de distinção entre ética e moral, suas particularidades se revestem das principais características:

- a) a ética é um princípio, e a moral são aspectos de condutas específicas;
- b) a ética é permanente, porque é universal, e a moral é temporal, porque é cultural;
- c) a ética é teórica, e a moral é prática, daí porque a moral é o objeto da ética;
- d) a ética se refere mais à questão dos costumes e tradições de uma sociedade como um todo; a moral se refere mais à questão da consciência individual.

Ao se fazer um viés do Direito com a Moral e com a Ética, podemos trazer à baila o pensamento de importantes estudiosos do comportamento humano, que embora de correntes divergentes quanto à explicação do que motivava em certas situações o desvio de conduta das pessoas, contribuíram para a reflexão e uma melhor compreensão dessas variáveis que formam a personalidade dos indivíduos. Corrente de pensamento como a de Thomas Hobbes, no livro *O Leviatã*, no ano de 1651, preconizava que “os seres humanos são maus por natureza e necessitam de um Estado forte que os reprima”. De forma antagônica, Jean-Jacques Rousseau no livro *Contrato social*, no ano de 1762, afirmava que “os homens eram bons por

---

<sup>13</sup> PONTES, 2007, p. 3.

<sup>14</sup> PONTES, 2007, p. 3.

natureza, e o mal ético existia sazonalmente em virtude de alguns desajustamentos sociais.”<sup>15</sup>

Lastreada por essas ideias controvertidas, surge na sociedade a importância de instituir um elemento regulador dessa vontade humana, com fim alicerçado no bem comum, que atendesse aos interesses da maioria e regulasse a convivência dos indivíduos na vida em grupo, dando origem às bases para a constituição do Estado, um ente abstrato constituído por regras convencionadas, cujos meandros consistem no instrumento denominado “Direito”.

O Direito pode ser entendido como o conjunto de leis e disposições legais que regulam obrigatoriamente as relações da sociedade. O Direito sistematiza a lei, e a lei, surge pela concretização normativa de um costume, que é um princípio moral aceito pela sociedade.

Na lição de Immanuel Kant, filósofo do Século XVIII, a boa vontade não é boa por aquilo que promove ou realiza, pela aptidão para alcançar qualquer finalidade proposta, mas tão somente pelo querer, isto é em si mesma, e, considerada em si mesma, deve ser avaliada em grau muito mais alto do que tudo o que por seu intermédio possa ser alcançado em proveito de qualquer inclinação, ou mesmo, se quiser, da soma de todas as inclinações.

O filósofo apregoa que existe um código moral interno em cada indivíduo, lhe dando o discernimento que o possibilita definir e agir conforme seu julgo, de forma correta ou não, quando expressa: “age apenas segundo a máxima que possas querer que se torne uma lei universal.”<sup>16</sup>

Continua Kant na afirmação de que “quando consideramos as disposições naturais de um ser organizado, isto é, de um ser constituído em ordem a um fim que é a vida, aceitamos como princípio que nele não se encontra nenhum órgão que não seja o mais conveniente e adequado à finalidade a que se destina.”<sup>17</sup> Leciona ainda o mesmo autor:

No conhecimento moral da razão humana vulgar, chegamos nós a alcançar o seu princípio, princípio esse que a razão vulgar em verdade não concebe abstratamente numa forma geral, mas que mantém sempre realmente diante dos olhos e de que se serve como padrão dos seus juízos. Não é preciso nem ciência nem filosofia para que ela saiba o que há a fazer para

---

<sup>15</sup> ROUSSEAU, 1762 *apud* PONTES, 2007, p. 3.

<sup>16</sup> KANT, Immanuel. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. Trad. Paulo Quintela. Ed. 70 LDA. Lisboa: 2007.

<sup>17</sup> KANT, 2007.

se ser honrado e bom. O conhecimento daquilo que cada homem deve fazer, e, por conseguinte, saber é também pertença de cada homem, mesmo do mais vulgar. Quando a razão vulgar se atreve a afastar-se das leis da experiência e dos dados dos sentidos, vai cair em puras incompreensibilidades e contradições, consigo mesma, ou, pelo menos, num caos de incerteza, escuridão e inconstância.<sup>18</sup>

Habermas traz a compreensão de Max Weber no sentido de que “as ordens estatais nas sociedades modernas são simples manifestos do poder político.”<sup>19</sup> Tendo como base e princípios as normas legais e a investidura das pessoas como agentes políticos que representam a coletividade, dando um caráter racional, com menos influência dos aspectos endógenos trazidos pelos personagens envolvidos ou da mera tradição comunitária, assevera Max Weber que a “racionalidade inerente à forma jurídica proporciona legitimidade àquele poder político exercido de forma legal.”<sup>20</sup>

Ainda interpretando Max Weber, Habermas cita que este atribuía à expressão direito formal um sentido crítico, só por esta estabelecer duas relações explicativas, que são: “via igualmente fundamentada a sua racionalidade nas qualidades formais do direito –, e materialização significava, para si, moralização do direito, isto é, a introdução de pontos de vista, de justiça material no direito positivo.”<sup>21</sup>

Daqui, resultou uma afirmação juris crítica de que aquela racionalidade inerente ao meio jurídico é destruída na medida em que se estabelece uma ligação interna entre direito e moral. As pretensões resistidas formam as lides e dessas insatisfações surgem as decisões com base nas leis, costumes ou nos princípios gerais de justiça. Nas relações humanas verifica-se que a qualidade destacável, aquela vista como atributo do indivíduo bom, seja ele/a ou não pessoa pública, é a aquela que busca retidão nas suas ações, tendo como princípios gerais fazer o bem a todos, dar a cada um o que a ele pertence e viver de forma digna e honesta.

É preciso equacionar o quanto a modernidade pode influenciar ou atrapalhar na preservação dos valores naturais. Na ótica de Hans Jonas em sua obra *A Ética para a Civilização Tecnológica*, a era tecnológica moderna avança de forma exponencial e sua “auto-procriação cumulativa” se reverte em “auto-proliferação”; trata também que a capacidade do homem esgotar os recursos em vista de

<sup>18</sup> KANT, 2007, p. 21.

<sup>19</sup> MAX, Weber. *Wirtschaft und Gesewirktuft*. Colónia, 1964, cap. III. p. 160ss.

<sup>20</sup> HABERMAS, Jürgen. *Direito e Moral*. Lisboa: Instituto Piaget, 1999. p. 12.

<sup>21</sup> HABERMAS, 1999, p. 21.

favorecer a um maior consumo de progresso tecnológico é qualquer coisa de avassalador.<sup>22</sup>

As querelas judiciais onde se pugna pela aplicação das convenções positivistas, podem resultar em vencedor e vencido, mas, ainda que prevaleça a regra positiva aplicada, estando essa em dissonância com princípio de direito natural, descontentará a parte sucumbente, provocando desarmonia e recorrentes conflitos que remetem à sociedade questionar o papel do Estado-Juiz na aplicação das leis e distribuição da justiça, diante dos casos materializados.

A Ética e o Direito andam juntos, cabendo ao Estado estabelecer regras de convívio ainda que as contradições continuem existindo no mundo moderno, e a pessoa pública deve ter clareza do lugar que ocupa e de como participar neste contexto.

## **1.2 Princípios Éticos Norteadores do Serviço Público Brasileiro**

À luz do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal em vigor, para fins de apuração do comprometimento ético, entende-se por servidor público todo aquele que, por força de lei, contrato ou de qualquer ato jurídico, preste serviços de natureza permanente, temporária ou excepcional, ainda que sem retribuição financeira, desde que ligado direta ou indiretamente a qualquer órgão do poder estatal, como as autarquias, as fundações públicas, as entidades paraestatais, as empresas públicas e as sociedades de economia mista, ou em qualquer setor onde prevaleça o interesse do Estado.

Conforme preconizado no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, Decreto 1.171/1994,

A moralidade da Administração Pública não se limita à distinção entre o bem e o mal, devendo ser acrescida da ideia de que o fim é sempre o bem comum. O equilíbrio entre a legalidade e a finalidade, na conduta do servidor público, é que poderá consolidar a moralidade do ato administrativo.<sup>23</sup>

Estabelece ainda o citado Código, como dever fundamental do servidor, a observância de sua conduta no exercício da função, “in verbis”:

---

<sup>22</sup> JONAS, Hans. Toward a Philosophy of Technology. *The Hastings Center Report*, n. 1, 1979. p. 34-43.

<sup>23</sup> BRASIL. Dec. 1.171/1994. *Código de Ética do Servidor Civil do Poder Executivo Federal*. Cap. I, Seção I, Inc. III. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d1171.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1171.htm)>. Acesso em: 20 set. 2015.

Deve o servidor resistir a todas as pressões de superiores hierárquicos, de contratantes, interessados e outros que visem obter quaisquer favores, benesses ou vantagens indevidas em decorrência de ações imorais, ilegais ou aéticas e denunciá-las.<sup>24</sup>

A Comissão de Ética não poderá se eximir de fundamentar o julgamento da falta de ética do servidor público ou do prestador de serviços contratado, alegando a falta de previsão neste Código, cabendo-lhe recorrer à analogia, aos costumes e aos princípios éticos e morais conhecidos em outras profissões.<sup>25</sup>

A despeito da existência de regras escritas englobando as mais diversas tratativas, não é a codificação que garante a aplicação dos princípios éticos nas sociedades.

Segundo Elizete Passos, “os Códigos de Ética ajudam, porque são eles norte orientador, mas sabe-se que o código pelo código não garante de modo algum que o indivíduo aja eticamente.”<sup>26</sup>

Passos afirma ainda que nos dias atuais, as relações sociais de cunho científicas, políticas ou econômicas implicam em exigências de valores morais. Ao analisar os aspectos morais e éticos, faz as seguintes afirmações:

Pode-se dizer que a moral é a prática e a ética a teoria; ou ainda definir o primeiro como objeto, e o segundo, como ciência. Deduzindo-se, assim que a ética é a ciência da moral. A vida humana é constituída de valores morais. Valores geralmente são definidos como honestidade, bondade, justiça ou utilidade; apesar de poderem ser divididos em morais e não morais. Construir uma nova ordem moral exige alterações na consciência coletiva e nas estruturas sociais, principalmente nas relações de produção e poder. A criação de uma nova ordem moral traria liberdade ao indivíduo, permitindo ao ser humano escolher sua finalidade de viver. Acarretaria em uma transformação social, com a criação de uma sociedade mais justa e igualitária, em que a prática moral seja embasada no respeito mútuo, na honestidade, na igualdade, na solidariedade e no amor.<sup>27</sup>

No tempo presente, o Estado Brasileiro dispõe de um Código de Ética do/a Servidor/a Público/a Civil da União, ainda que este sirva apenas como um instrumento norteador de como os/as agentes do Estado devem exercer suas ações no desempenho da função pública.

<sup>24</sup> BRASIL. *Código de Ética do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal*, Cap. I, Seção II, Inc. XIV, Alínea i. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d1171.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1171.htm)>. Acesso em: 20 set. 2015.

<sup>25</sup> BRASIL. *Código de Ética do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal*, Cap. II, Inc. XXIII. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d1171.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1171.htm)>. Acesso em: 20 set. 2015.

<sup>26</sup> PASSOS, Elizete. *Ética do Serviço Público*. MACHADO, Geraldo; PINHO, Antonio; SOUZA, Celina; PASSOS, Elizete; VALENT, Arnaldo. *Gestão Pública: desafios e perspectivas*. Salvador: FLEM, 2001. p. 67.

<sup>27</sup> PASSOS, 2001, p. 83.

Bruno Pontes resume em cinco grandes razões morais as regras deontológicas do Código de Ética do Servidor do Público Federal:

- a) A primeira é a obrigatoriedade do trabalho.

Esta primeira razão moral deve fazer surgir a ideia de que o trabalho do servidor é útil à sociedade, porque o servidor respeita o que faz, sendo, por isso, assíduo e pontual, fazendo com que exista uma solidariedade e uma harmonia interna em cada repartição. Além do mais, esta obrigatoriedade impede que o servidor transfira para outra pessoa aquilo que lhe caiba, e cumpra as ordens superiores, quando legais, tendo um comportamento proativo em relação às suas obrigações institucionais e funcionais;

- b) A segunda se refere à obrigação de receber como contraprestação somente o que é devido.

Esta obrigação deve fazer o servidor ter consciência de que sua remuneração é custeada pelos tributos pagos pela comunidade, e que ele deve condicionar a sua felicidade e de seus dependentes dentro da possibilidade material que a sua remuneração permite. Assim, não há outro modo de se portar senão com cortesia, eficiência, boa vontade e cuidado perante os cidadãos. Esta obrigação evita o enriquecimento ilícito, torna compatível o patrimônio e o modo de vida do servidor e torna a prestação de contas algo natural. Se o servidor acredita realmente que só tem o direito moral de receber somente a contraprestação do que é devido, vai, de fato, pautar toda a sua vida e de seus familiares dentro da sua capacidade financeira. A consequência será a boa nova de não ser, jamais, aturdido pela cobiça, pela criação ilegítima de viagens para ganhar diárias, pela aproximação perigosa com interessados na licitação e com interessados na leniência de servidores públicos;

- c) A terceira trata da obrigatoriedade de cumprir e de fazer cumprir as regras.

O princípio da legalidade, para o servidor público, é tão forte quanto o princípio da moralidade, porque um pode se satisfazer no outro. O servidor, então, deve estar atendo às normas internas (Portarias, Decretos, Instruções Normativas etc.), porque é só com a predisposição para cumpri-las é que o servidor se animará a afastar alguma imoralidade implícita;

- d) A quarta razão é a obrigação da verdade, muito bem resumida no inciso VIII do Código de Ética:

*“Toda pessoa tem direito à verdade”. O servidor não pode omiti-la ou falseá-la, ainda que contrária aos interesses da própria pessoa interessada ou da Administração Pública. “Nenhum Estado pode crescer ou estabilizar-se sobre o poder corruptivo do hábito do erro, da opressão, ou da mentira, que sempre aniquilam até mesmo a dignidade humana quanto mais a de uma Nação”. Só a verdade pode fazer com que os equívocos apareçam e sejam superados;*

- e) A quinta é a obrigatoriedade de utilização dos bens públicos para fins públicos.

O interesse público jamais poderá ser sucumbido pelo interesse particular. Isto passa desde a prioridade na utilização de um telefone, até na honesta e competente forma de se levar adiante uma licitação.<sup>28</sup>

Desta forma, podemos inferir que a conduta irrepreensível de um indivíduo no exercício do serviço público traz mais benefícios a ele mesmo do que qualquer esforço ou doação que ele venha a fazer com esses gestos de retidão de atitude.

Ao agir de forma ética pode olhar de frente e para frente, o que lhe dá vigor e combustível para transcender de sua dimensão sem sucumbir aos obstáculos, sempre renovado pelo fogo de quem está motivado a combater o bom combate e seu triunfo será compartilhado por todos os que estiveram em sua caminhada.

Para que tenhamos a paz e a tranquilidade que somente aqueles que pautam sua vida na bondade e na correção de atitudes têm, é preciso ter na consciência o seguinte preceito: “Combati o bom combate, acabei a carreira, guardei a fé. Desde agora, a coroa da justiça me está guardada, a qual o Senhor, justo juiz, me dará naquele dia; e não somente a mim, mas também a todos os que amarem a sua vinda.”<sup>29</sup>

Em alinhamento com as variadas interpretações e caracterizações da ética e suas aplicações nas relações entre as pessoas, buscaremos cristalizar no capítulo seguinte os aspectos denotativos da ética e como ela permeia as ações curriculares de extensão do PACE na Universidade Federal do Amazonas, retratando os agentes envolvidos, elementos sociais e econômicos, cenários, fundamentos legais e outros instrumentos que possam influir no fazer dessas ações.

---

<sup>28</sup> PONTES, 2017, p. 15-16.

<sup>29</sup> A BÍBLIA SAGRADA. Tradução João Ferreira de Almeida. 3 ed. Timóteo 4.7-8. Disponível em <<http://biblia.com.br/joao-ferreira-almeida-atualizada/2-timoteo/2tm-capitulo-4>>. Acesso em: 09 nov. 2015.

## **2 A GESTÃO DO PROJETO DE EXTENSÃO PACE NA UFAM: UMA SITUAÇÃO A SER ANALISADA**

O Projeto de Ação Curricular de Extensão (ACE) surgiu na Universidade Federal do Amazonas no ano de 2003, transformando-se em Programa de Ação Curricular de Extensão – PACE no ano de 2006, através da Resolução nº 001/2006-POEXTI/UFAM, que regulamentou as ACE e incorporou-as ao PACE.

Novos conceitos e ferramentas têm causado inquietação, vêm desafiando as pessoas a promover uma reengenharia individual (ista) para não perder o “bonde” da informação e assim se defasar nesse universo conectado, porém, nem sempre integrado.

Os recursos que custeiam os Projetos de Extensão na modalidade de Ação Curricular de Extensão do Programa PACE são concedidos ao coordenador/a de cada projeto aprovado no respectivo edital, com a denominação de Bolsa de Coordenação.

A legislação que trata de bolsa para a educação, seja ela para discente ou docente, tem uma nítida flexibilidade no tocante às exigências quanto à prestação de contas dos recursos alocados, variando de órgão para órgão nas esferas governamentais, até mesmo se diferenciando quanto à aplicação e prestação de contas no âmbito das instituições (Agências de Fomento, IFES, Ministérios, etc.).

No caso da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), a exemplo do que acontece em outras Universidades Federais, mediante depoimentos de seus gestores e de representantes do MEC nos eventos de extensão anualmente promovidos, o recurso destinado à bolsa de coordenação das Ações Curriculares de Extensão, é um recurso que integra, de forma geral, a matriz orçamentária dessa Instituição Federal de Ensino Superior (IFES), restando claro não ser um recurso específico para a extensão universitária.

As despesas com extensão universitária (pagamentos de bolsas, viagens, diárias e ajuda de custo) realizadas com os recursos autorizados pelo Ordenador de Despesas da IFES constam do processo de prestação de contas da Unidade Administrativa (neste caso a UFAM), na rubrica de despesas realizadas com recursos próprios.

O FORPROEX em suas reuniões semestrais e em manifestações públicas tem reiterado suas demandas junto ao MEC quanto à necessidade de previsão de dotação orçamentária específica para a extensão universitária no orçamento da IFES, a exemplo do que já ocorre com o ensino e a pesquisa.

Dada à diversificação dos procedimentos e à variedade de elementos que estão sendo custeados com esses recursos, e ainda, por falta de um melhor disciplinamento sobre a matéria, os gastos realizados com o numerário recebido a título de bolsa de coordenação do PACE têm se mostrado diversificados, algumas vezes inusitados e estranhos do ponto de vista do Plano de Contas da União.

Pode ser observado o uso dos valores da bolsa de coordenação de projeto de extensão para os mais diversos fins, indo desde a aquisição de equipamentos permanentes para uso no projeto, compra de materiais de consumo, compra de sementes, transporte, alimentação, pagamento de serviços, divulgação e até compra de cestas básicas para comunitários participantes da ação extensionista.

A carência de estrutura se evidencia em todos os aspectos. A falta de instrumentos científicos e tecnológicos capazes de levar conhecimento e promover discussão entre esses/as brasileiros/as sobre temas educativos relacionados à cultura, política, religião, saúde, direito e cidadania, etc. Um número expressivo de habitantes da Amazônia, que inclusive fazem parte da comunidade universitária, vive em pequenas comunidades, distantes e isoladas entre si, cujos caminhos são os rios, e o transporte é feito em pequenas embarcações, o que implica: horas, dias e até semana de deslocamento fluvial. Nessas comunidades, além da habitação (a maioria casas de madeira), o foco é construir um posto de saúde, um grupo escolar e a associação comunitária. Isto quando se consegue encontrar essa infraestrutura “tão completa” e mais difícil ainda – encontrar profissional para fazer funcionar esses equipamentos.

Os desafios que o PACE enfrenta não são apenas de cunho administrativo na aplicação dos recursos. O PACE por sua natureza curricular necessita refinar teoria e prática, equalizar a nova concepção de extensão, a qual após décadas de reflexão conseguiu traduzir-se de forma conceitual.

#### A Coordenação da Ação Curricular de Extensão – ACE

A linha que separa o/a coordenador/a do projeto de extensão universitária no Programa PACE e o sujeito ativo de um ilícito administrativo é bastante tênue, o que o/a torna vulnerável, e pior, desassistido/a. A escolha desta pesquisa se justifica em

razão de que servidores/as públicos/as docentes coordenam projetos de extensão nos quais são realizados aportes financeiros a serem empregados em despesas de custeio e de capital, cabendo a esses/as coordenadores/as a responsabilidade pela escolha, uso, guarda, controle e destinação dos recursos. Noticia-se que esse temor leva, algumas vezes, à desistência da coordenação de ações extensionistas em virtude da falta de orientação e apoio administrativo. Lembremos da lição de Emília Cuyabano: “Não nos esmoreçamos com as dificuldades do caminho, pois, por vezes é preciso dar um passo atrás para que possamos dar dois passos a frente.”<sup>30</sup>

O desafio desta pesquisa teve como elemento basilar a análise da atuação dessa pessoa que se insere como servidor/a na Universidade Federal do Amazonas, trazendo consigo as dificuldades que a Região lhe impõe, e, nesse contexto, se depara com a obrigação de demonstrar preparo multi, inter e transdisciplinar para desenvolver atividades no plano político-pedagógico, sem cometer, ainda que involuntariamente, qualquer desvio da ética ou não conformidade administrativa quando atuar na qualidade de gestor/a da coisa pública.

Existem indícios de que a normatização sobre a utilização dos recursos destinados ao custeio das ações de extensão na UFAM apresenta uma lacuna quanto ao disciplinamento que possa ser aplicado para a exigência ou não da prestação de contas do recurso atribuído como bolsa de coordenação do PACE.

Esse fato gerou e ainda gera controvérsia entre integrantes da Câmara de Extensão e Interiorização (CEI). A CEI é o Colegiado que tem a competência para avaliar e aprovar os relatórios dos projetos de extensão. Não raras vezes na fase de renovação dos/as componentes desse Colegiado, os/as novos/as membros/as não têm clareza quanto ao que é ou não permitido no emprego do recurso financeiro da bolsa de coordenação do PACE.

Diante desse cenário, o/a docente coordenador/a de projeto PACE se depara com o dever de conduzir (se) com base nos princípios éticos a gestão desses recursos. Para tanto, tem como desafio, embora de maneira empírica, proceder de maneira ética e revestida de legalidade na condução dessas funções administrativas.

Na ausência de um regramento convencionado, se espera que a coordenação demonstre discernimento ético e moral na execução financeira dos

---

<sup>30</sup> CUYABANO, Emília Darci de Souza. Fala proferida durante aula da Disciplina de Organização do Trabalho Pedagógico – PPGEdu/UNEMAT – Mestrado em Educação. Cáceres-MT, 2010.

projetos, que o/a servidor/a compreenda a dimensão da responsabilidade que lhe é imposta e que sua razão natural seja capaz de conduzi-lo sem tropeços ou equívocos à conclusão e aprovação da atividade.

Nesse horizonte de transcendência humana, ensina Diaz:

Não tem como falar do homem, ou melhor, do ser humano, sem falar de transcendência. Para tentar compreender o ser humano é necessário se embrenhar nesse mistério que é a sua dimensão transcendente. Na busca da compreensão de quem é o ser humano, nós fazemos muitas perguntas e analisamos muitos aspectos, pois afinal nessa mesma busca vemos que ele não é só o biológico, ser animal, mas ele é um ser que compreende várias dimensões e que o levam além daquilo que se pode ver humanamente. Transcendência e imanência são duas realidades integrantes do ser humano. O ser humano é imanente porque, e aqui quero colocar não que ele “tem” corpo, mas que ele “é” corpo, sendo corpo ele entra em contato com o mundo imanente, com o que é material.<sup>31</sup>

Para delinear esta pesquisa buscamos resposta para a seguinte pergunta: *Como os Princípios Éticos e Outros Valores Subjacentes Podem Influenciar na Gestão dos Recursos da Bolsa de Coordenação do PACE?*

Na busca de encontrar eventuais elementos que fundamentem a questão acima formulada, serão abordados os aspectos que possam indicar se o uso desses recursos tem sido na direção do cumprimento de sua função socioeducativa, de promover a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão, levando a academia à comunidade, com a observância dos preceitos éticos e legais.

## **2.1 Cenário da Pesquisa: PACE da UFAM, características e desafios**

O Programa Atividade Curricular de Extensão (PACE) foi implantado no primeiro semestre de 2006 e vem sendo desenvolvido sob a coordenação geral da Pró-Reitoria de Extensão e Interiorização (PROEXTI), com o apoio da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PROEG) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), tem como objetivos Intensificar o vínculo que une universidade e sociedade, de modo que aquela desempenhe o papel reflexivo e transformador que lhe cabe no interior desta; contribuir para que a formação profissional dos universitários seja acompanhada pelo desenvolvimento de uma atitude ética, cidadã e responsável diante das questões sociais; favorecer maior aproximação entre teoria e prática e a descoberta de novos objetos, novos métodos e novas abordagens sobre a realidade

---

<sup>31</sup> DIAZ, Anderson Moraes. *O Ser Humano – Ser Transcendente*. Disponível em: <<http://www.odialetico.hpg.com.br>>. Acesso em: 01 out. 2015.

da região amazônica; oferecer condições que garantam a indissociabilidade entre as funções essenciais da universidade, contribuindo para a melhoria da qualidade de ensino e pesquisa; estimular a interdisciplinaridade, com o estabelecimento de interfaces e interações temáticas e democratizar as relações dos alunos universitários entre si e com a população não universitária.<sup>32</sup>

Embora estejamos vivendo em um cenário histórico de universalização, a universidade, como toda instituição social, ainda enfrenta o desafio de superar as fronteiras que ela mesma produz, tanto as que a separam de seu entorno geográfico, quanto as que resultam da especialização de suas práticas. É o que pode está ocorrendo com a universidade brasileira em geral, e, em particular, com a Universidade Federal do Amazonas.

A segregação das universidades brasileiras, como instituições, do restante da sociedade vai muito além de seus muros e fronteiras físicas; o verdadeiro limite são os muros econômico, social e político. Por mais insistente e incansável que sejam as lutas dos segmentos que a compõe para democratizar o acesso a ela, a universidade brasileira continua sendo um privilégio de poucos.

A desigualdade de renda figura como fator limitante do acesso à educação superior pública de qualidade, cuja exclusão perpetua um cenário de privilégio para a camada alta de sociedade. Por isso, para a maioria da população brasileira a universidade é algo que não existe ou, no melhor dos casos, um lugar que só se vê pelo lado de fora. Com essa característica seletiva, no mau sentido, a universidade, a contrassenso do seu verdadeiro papel social, pode estar reproduzindo ou intensificando desigualdades em nossa sociedade.

Essa primeira fronteira que produz a separação entre o dentro e o fora, desdobra-se em outra que separa a teoria e a prática. O espaço de dentro é entendido como o lugar da teoria; o espaço de fora, como o espaço da prática. A separação espacial amplifica uma separação temporal em que teoria e prática dificilmente têm ocasião para um encontro.

Que haja uma defasagem temporal entre as duas é normal: sempre leva algum tempo para que um problema prático seja reconhecido e formulado como um problema teórico; sempre leva algum tempo para que este problema teórico encontre sua solução na forma de uma teoria; sempre leva algum tempo para que uma solução teórica ganhe a aceitação da comunidade científica; sempre leva algum tempo para que uma teoria aceita

---

<sup>32</sup> FORPROEX. Fórum de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. *Plano nacional de Extensão Universitária*. Ilhéus: Editus, 2001.

se transforme em matéria ensinável; e sempre leva algum tempo para que uma teoria ensinada e aprendida venha a ser aplicada na prática. Porém essa defasagem temporal pode ser maior ou menor, dependendo da maior ou menor distância que uma se situe em relação à outra.<sup>33</sup>

A grande defasagem temporal entre elas cria uma situação na qual a prática, que em determinado momento desencadeou a formação de uma teoria, já não seja a mesma que a recebe na forma de aplicação. A consequência do muro que se ergue entre o “lugar da teoria” (universidade) e o “lugar da prática” (a sociedade) não poderia ser outra: uma prática cega e uma teoria reduzida a uma vazia escolástica.

Mas a tendência a fixar fronteiras não se limita a separar um “dentro” e um “fora” da universidade e, como consequência, a manter isolados o momento da teoria e o momento da prática. Ela se instala no próprio “interior” da universidade mantendo separados seus fins, seus saberes, seus agentes.

Assim, apesar do tão decantado princípio da "indissociabilidade" das suas três funções (ensino, pesquisa e extensão), a universidade brasileira continua a mantê-las meramente justapostas, sem que elas se alimentem reciprocamente. Se o princípio da indissociabilidade é desrespeitado, não é porque a universidade se exima de desenvolver alguma de suas funções, mas sim porque não consegue encontrar um meio de vencer o muro que as separa fazendo que elas existam de modo paralelo.

*A sensação de que se vive em uma época de grandes transformações, que se desdobram em novos desafios e oportunidades, **deixou de ser um dado subjetivo para se tornar uma diretriz** que orienta a agenda de governos e a atuação de movimentos sociais, partidos políticos e organizações públicas e privadas, inclusive instituições de educação superior e centros de pesquisa.<sup>34</sup>*

A mesma tendência de fixar fronteiras verifica-se na forma como o saber tende a ser produzido e organizado no interior da instituição acadêmica. A divisão do trabalho intelectual em diferentes áreas do saber, departamentos e disciplinas, em vez de acentuar a necessidade das trocas interdisciplinares e do diálogo dos diferentes, estimula a fragmentação do saber e a compartimentalização das mentes, moldadas conforme a bitola dos escaninhos disciplinares.

Fazendo uma reflexão de como o PACE da UFAM tem contribuído para a superação desses muros, embora não seja minha intenção aqui descrever as áreas

---

<sup>33</sup> FORPROEX, 2001, p. 6.

<sup>34</sup> FORPROEX, 2001, p. 9.

temáticas e linhas de extensão mais realizadas, é fato que no decorrer do período pesquisado, que compreende do ano de 2006 a 2012, foram realizadas 2.325 Ações Curriculares de Extensão Universitária, o que corresponde a mais de 330 ACE por ano. Representa a universidade na comunidade e a comunidade na academia quase que diariamente.

O PACE contém aspectos éticos e morais ressaltantes na sua execução, todavia demonstra uma carência de apoio pela estruturação administrativa da IFES, para se consolidar definitivamente como curricular, atendendo a legislação de maneira abrangente a todos os discentes, cuja solução, ainda em fase de maturação, é também um desafio para a própria extensão universitária brasileira.

### 2.1.1 PACE e a comunidade beneficiária

A comunidade beneficiária das Ações do PACE consiste no público acadêmico (discentes), pela exigência curricular de cumprimento dos créditos (mínimo 10%) da matriz curricular dos cursos de graduação, além de ser um laboratório de expressiva importância para sua formação, nos técnicos e docentes da UFAM em seus seis campi e a sociedade Amazonense. A Constituição Federal do Brasil (de 06-10-1988) preconiza a contrapartida da academia no sentido de reverter a favor da sociedade os reflexos positivos resultantes dos trabalhos científicos promovidos nos currículos acadêmicos, promovendo a sinergia entre o ensino, pesquisa e extensão universitária.

Para atender à Meta 12.7 do Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado pela Lei Nº 13.005/2014, que consiste em implantar o Programa de Desenvolvimento da Extensão Universitária em todas as Instituições Federais de Ensino Superior no decênio 2011-2020, as IFES deverão assegurar que, no mínimo, 10% do total de créditos exigidos para a graduação no ensino superior no País será reservado para a atuação dos alunos em ações extensionistas.

O número de ACE ofertadas deverá aumentar consideravelmente, em razão de que a UFAM tem cerca de 36.000 alunos matriculados na graduação e a oferta de ações de extensão hoje cadastradas não atende ao acesso de todos e não disponibiliza os créditos na quantidade preconizada pelo PNE.

A comunidade anseia pela inclusão e participação nas atividades da academia. O conhecimento e a prática da cidadania tem o poder de aproximar e

resgatar valores culturais e morais dispersos, além de promover a integração necessária e primordial para que o mundo do conhecimento ultrapasse a barreira de um vazio teórico e assuma o pragmatismo do fazer a diferença, fazendo.

Graças à criação do Fórum, a Extensão vem passando, desde o final da década de 80, por uma discussão que a levou a ser entendida num sentido muito mais amplo do que o tradicional de disseminação de conhecimentos e prestação de serviço. Já no I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão, ela foi assim definida:

A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade. A Extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará na sociedade a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizado, acadêmico e popular, terá como consequências a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da universidade. Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social.<sup>35</sup>

O Programa Atividade Curricular de Extensão busca por em sintonia a política da extensão da Universidade Federal do Amazonas e o Plano Nacional de Extensão Universitária, do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, e da Secretaria de Educação Superior – SESu/MEC, tendo adotado o novo conceito de extensão, os princípios que a orientam e a definição das ações extensionistas.

### 2.1.2 Os Princípios da Extensão Universitária

Assumir mais veementemente a posição de uma universidade voltada para os interesses e as necessidades da maioria da população requer a retomada de alguns princípios básicos, presentes na plataforma política da extensão universitária desde 1987, que são:

- a) A ciência, a arte e a tecnologia devem alicerçar-se nas prioridades do local, da região, do país;

---

<sup>35</sup> FORPROEX, 2001, p. 11.

- b) A universidade não pode se imaginar proprietária de um saber pronto e acabado, que vai ser oferecido à sociedade, mas, ao contrário, exatamente porque participa dessa sociedade, a instituição deve estar sensível a seus problemas e apelos, quer através dos grupos sociais com os quais interage, quer através das questões que surgem de suas atividades próprias de ensino, pesquisa e extensão;
- c) A universidade deve participar dos movimentos sociais, priorizando ações que visem à superação das atuais condições de desigualdade e exclusão existentes no Brasil;
- d) A ação cidadã das universidades não pode prescindir da efetiva difusão dos saberes nelas produzidos, de tal forma que as populações cujos problemas tornam-se objeto da pesquisa acadêmica sejam também consideradas sujeito desse conhecimento, tendo, portanto, pleno direito de acesso às informações resultantes dessas pesquisas;
- e) A atuação junto ao sistema de ensino público deve se constituir em uma das diretrizes prioritárias para o fortalecimento da educação básica através de contribuições técnico-científicas e colaboração na construção e difusão dos valores da cidadania.<sup>36</sup>

### 2.1.3 Áreas temáticas e linhas programáticas

Na definição de seus conteúdos, o Programa Atividade Curricular de Extensão também segue a orientação do Plano Nacional de Extensão que recomenda que todas as ações de extensão sejam sempre classificadas em áreas temáticas, assim distribuídas, por ordem alfabética: 1. Comunicação; 2. Cultura; 3. Direitos humanos; 4. Educação; 5. Meio ambiente; 6. Saúde; 7. Tecnologia e 8. Trabalho.

De forma complementar, as ações de extensão são classificadas por linhas programáticas que detalham e recortam as áreas temáticas. Ainda tomando como referência o Plano Nacional de Extensão Universitária.

O Programa Atividade Curricular de Extensão efetiva-se através da Ação Curricular de Extensão (ACE). Dois aspectos definem a ACE, a saber:

---

<sup>36</sup> FORPROEX. Política Nacional de Extensão das Universidades Públicas. Manaus: RENEX, 2012. p. 22-23. Disponível em: <<http://www.renex.org.br/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf>>. Acesso em: 02 mar. 2015.

- a) É uma ação extensionista organizada através de projeto com objetivos específicos inerentes à ação a ser desenvolvida;
- b) Constitui um componente curricular, inserido nos currículos de todos os cursos de graduação da UFAM, sendo também certificado e creditável.

## **2.2 Fundamentos Legais do Programa de Atividade Curricular de Extensão – PACE**

Além do Plano Nacional de Extensão Universitária, o Programa Atividade Curricular de Extensão tem como fundamentos legais e institucionais a Constituição da República Federativa do Brasil, o Plano Nacional de Educação, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Graduação.

A principal base legal para a Extensão Universitária está na Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, art. 207: As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.<sup>37</sup>

Outros dispositivos também fundamentam e amparam as ações de extensão no ensino superior brasileiro, um deles é o Plano Nacional de Educação – PNE – Lei 13.005/2013 (2011-2020), que traz na Meta 12.7: Implantar o Programa de Desenvolvimento da Extensão Universitária em todas as Instituições Federais de Ensino Superior no decênio 2011-2020 e assegurar que, no mínimo, 10% do total de créditos exigidos para a graduação no ensino superior no País será reservado para a atuação dos alunos em ações extensionistas.<sup>38</sup>

Disciplina também sobre o assunto a Lei nº 9.394 de 20.12.96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional<sup>39</sup>, que em seu Artigo 43, abaixo descrito, estabelece as finalidades da educação superior, mediante os seguintes preceitos:

Artigo 43 - A educação superior tem por finalidade:

VI - Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

<sup>37</sup> BRASIL. *Constituição Federal*, 1988, art. 207.

<sup>38</sup> PNE. *Plano Nacional de Educação*. Aprovado pela Lei Federal, nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Meta 12. 7.

<sup>39</sup> BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação*, nº 9.394. 1996, art. 43.

VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

Conforme entendimento construído durante o XXXI Fórum Nacional de Extensão das Universidades Públicas, quanto à equivocada concepção de que a universidade e sociedade são coisas contrapostas suscitou dois modos de fazer extensão: o primeiro foi o da extensão como mera transmissão de conhecimentos da universidade para a sociedade; o segundo foi o da extensão como comunicação ou troca. O primeiro gerou inconvenientes denunciados como invasão cultural ou domesticação, o segundo esbarrou no problema da hierarquia social dos conhecimentos e nas diferenças de linguagem. Consta do Relatório do Encontro Nacional de Extensão – RENEX 2012:

Na medida em que entendemos a universidade não como algo distinto e contraposto à sociedade, mas como uma parte orgânica desta, a concepção de extensão muda e ela passa a ser entendida como reflexão, no duplo sentido, isto é, como um espaço em que a própria sociedade pensa sobre si mesma e ao mesmo tempo se espelha. É essa terceira concepção que nos permite questionar a distinção entre o dentro e o fora da universidade, é ela que nos permite reafirmar o compromisso ético e social da universidade, é ela enfim que nos permite manter a teoria e a prática em sintonia.<sup>40</sup>

Nessa perspectiva, destacamos os desafios enfrentados pelos/as extensionistas para a execução das ações que envolvem discentes e comunitários com todas as suas variáveis e peculiaridades, o que se torna acima de tudo um aprendizado nos aspectos social e humano e um processo de mudança contínuo. A revolução tecnológica tem propiciado experiências formidáveis na adaptação constante que o pós-modernismo impõe. Nesse aspecto o escritor polonês Zygmunt Baumann em seu livro *o mal-estar da pós-modernidade* nos informa que: “todas as sociedades produzem estranhos. Mas cada espécie de sociedade produz sua própria espécie de estranhos e os produz de sua própria maneira, inimitável.”<sup>41</sup>

As mudanças nesse processo discursivo das relações humanas sempre se apresentaram sobre várias faces. A contribuição de Afonso Murad em seu capítulo política de mudanças, oferece uma relevante contribuição quando caracteriza esse processo sobre três importantes aspectos que envolvem: abandonar, aperfeiçoar e

<sup>40</sup> FORÚM Nacional de Extensão das Universidades Públicas. *Política Nacional de Extensão das Universidades Públicas*. Manaus: RENEX, 2012. p. 9-10. Disponível em: <<http://www.renex.org.br/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf>>. Acesso em: 02 mar. 2015.

<sup>41</sup> BAUMANN, Zygmunt. *O mal-estar da pós-modernidade*. Trad. Mauro Gama, Claudia Martinelli Gama; revisão técnica Luis Carlos Fridman. Rio de Janeiro: Zahar, 1998. p. 27.

aprender, caracterizando o abandonar, como uma condição de digerir ou descumprir com tudo aquilo que se tornou irrelevante e não mais contribuem para o desempenho profissional e pessoal no que tange ao desempenho profissional e suas produções de resultados.

O jurista Hely Lopes de Meirelles leciona que a ética na gestão pública é o conjunto de regras de conduta estabelecida para a atuação da Administração Pública, obedecendo aos princípios administrativos previstos na Carta Magna (legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência).<sup>42</sup>

Entre os poderes da administração pública, destacam-se os poderes vinculado e discricionário. Meirelles define assim o poder vinculado: “Poder vinculado é o poder que o Direito Positivo – a lei – confere à Administração Pública para a prática de ato de sua competência, determinando os elementos e requisitos necessários à sua formalização.”<sup>43</sup> Por este poder o administrador público fica restrito ao cumprimento da lei, independe a sua opinião própria.

No que se refere ao poder discricionário, Hely Lopes Meirelles assim o define: “É o poder que o Direito concede à Administração, de modo explícito ou implícito, para a prática de atos administrativos com liberdade de escolha de sua conveniência, oportunidade e conteúdo.”<sup>44</sup>

A ética permeia todos os campos das Ciências e das relações humanas, e com elas interage. O viver implica em conviver, requer envolvimento naquilo e com aqueles/as com os/as quais interagimos. Essa relação tem causas e consequências, se propagando pelos diversos mundos das relações humanas. A presença da ética com sua capacidade de transpor barreiras e sua capilaridade nos diversos campos do comportamento humano a torna inter-relacionada com outras ciências, dentre elas a Bioética e o Biodireito.

O termo “Bioética” surgiu em 1971 pelo oncologista e biólogo americano Van Rensselaer Potter, no seu livro *Bioética: Ponte para o Futuro*, no que ele estabelece uma relação entre os valores éticos e os fatos biológicos.

No século XXI, a ética é assumida no campo das ciências biológicas e áreas afins, e assim denomina-se Bioética, que etimologicamente significa ética da vida. Pode-se dividir a bioética em dois grandes ramos, a macro bioética e micro bioética.

---

<sup>42</sup> MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito Administrativo Brasileiro*. 30. ed. São Paulo: Malheiros, 2005. p. 64-65.

<sup>43</sup> MEIRELLES, 2005, p. 64-65.

<sup>44</sup> MEIRELLES, 2005, p. 118-119.

A Bioética poderia ser definida também como “O estudo da moralidade da conduta humana no campo das ciências da vida.”<sup>45</sup> Também inclui a ética médica, mas trata de diversos clássicos da medicina, a partir do momento em que levam em consideração os problemas éticos não levantados pelas ciências biológicas.

Baseia-se em três princípios: o da beneficência, da autonomia e da justiça, esta é a denominada trindade Bioética, cujos protagonistas são os médicos, pacientes e sociedade. Tem como finalidade tratar de diversos problemas éticos referentes ao início e fim da vida humana, dos novos métodos de fecundação, da engenharia genética, das pesquisas em pessoas, do transplante de órgãos, dos pacientes terminais e dos alimentos transgênicos.<sup>46</sup>

Quanto ao objetivo geral, a Bioética consiste na busca de benefícios e da garantia da integridade do ser humano, sendo que tem como princípio básico à defesa da dignidade humana. Também se considera ético, o que é “melhor para o ser humano e a humanidade em um dado momento”.

As ACE institucionalizadas na UFAM guardam uma estreita relação com a Bioética em razão do cenário amazônico cujo apelo de preservação e respeito à natureza são expressivos e com notória repercussão mundial.

O Biodireito tem sua origem na década de 1990, em razão das inovações da biotecnologia, na busca da positivação das normas Bioéticas na atualidade.

Entre os conceitos de Biodireito, pode-se atribuir: “um conjunto de regras jurídicas já positivadas e voltadas a impor ou proibir uma conduta médico-científica e que sujeitem seus infratores às sanções por elas previstas”. Desta forma, o Biodireito surge como uma nova ciência que tem como fonte propulsora e imediata a Bioética.<sup>47</sup>

No ordenamento jurídico pátrio, o princípio do Biodireito encontra-se consignado em vários textos legais, tais como:

Princípio do respeito à dignidade humana, fundamento da República Constituição Federal de 1988, art. 1º, III; direito à vida, à igualdade, à saúde (Título II, Dos Direitos e Garantias Fundamentais); art. 196 – saúde, direito de todos e dever do Estado (Título da Ordem Social – VIII); direito ao meio

---

<sup>45</sup> POTTER, Rensselaer von. *Bioethics: bridge to the future*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall; 1971.

<sup>46</sup> VIEIRA, Tereza Rodrigues. *Bioética e direito*. 2. ed. Atual. São Paulo: Editora Jurídica Brasileira, 2003, p. 58-60.

<sup>47</sup> SILVA FILHO, José Carlos Bastos. *Cooperação como princípio constitucional positivo*. Jus Navigandi, Teresina, ano 11, n. 1516, 26 ago. 2007. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=10325>>. Acesso em: 19 out. 2015.

ambiente sadio (art. 225), a Lei de Biossegurança (Lei 8.974/95 anterior, e atualmente a Lei 11.105/05) entre outras.

A relação das Ações Curriculares de Extensão com o Biodireito se justifica pela necessidade do mundo jurídico obter instrumentos eficientes para propor soluções para os problemas que a sociedade tecnológica cria, em especial no atual estágio de desenvolvimento, no qual a biotecnologia desponta como a atividade educacional que vem atraindo mais investimentos e o pensamento acadêmico tem acompanhado essa tendência e instigado a sociedade a participar desse processo.

Nas relações humanas, e neste caso específico na comunidade acadêmica da UFAM, verificamos a importância da Bioética e do Biodireito como peças basilares para o bom convívio entre os/as docentes, discentes e a sociedade em geral, sobre os/as quais recai o dever de promover o crescimento intelectual e cultural de cada indivíduo, sem prescindir do bem-estar físico, mental e social necessários para uma sadia convivência entre as pessoas e destas com o meio ambiente.

### 2.2.1 Interpretativismo Simbólico na Coordenação do PACE

A tendência natural dos seres humanos é de acreditar naquilo que é passível de comprovação, naquilo que é palpável (tangível) e lógico. As relações dos indivíduos com a natureza, meio ambiente e com os próprios seres humanos se manifestam de maneiras distintas.

Paulo Freire propõe o inconformismo quanto aos métodos e defende:

Uma pedagogia crítica que seja capaz de desenvolver a “curiosidade epistemológica”, e, afirma ser este o principal instrumento para desenvolver a capacidade de aprender cada vez mais de forma crítica, inquieta, indócil, instigante, rigorosamente curiosa, envolvendo professores e educandos.<sup>48</sup>

Nas ações de extensão verificamos com clareza que as coordenações, na medida do possível, replicam as formas de gestão já aplicadas por seus pares em projetos concluídos, utilizam-se da imitação dos procedimentos como forma de mitigar os riscos que poderiam correr com a utilização de novos procedimentos ou inovações desnecessárias.

---

<sup>48</sup> FREIRE, Paulo; HORTON, Myles. *O Caminho se faz caminhando: conversas sobre educação e mudança social*. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 27.

Perguntar ao colega como ele fez para resolver tal problema administrativo ou como usou o recurso financeiro na execução do projeto tem sido praxe para os/as coordenadores/as das ACE, quando se deparam com situações ainda não experimentadas no campo da gestão, contudo, com frequência identificamos aqueles/as gestores/as que se certificam da maneira como os colegas conduzem a gestão financeira das ACE que coordenam, mas escolhem adotar seus próprios métodos e utilizar os recursos de acordo com sua visão e entendimento.

É natural essa atitude dos seres humanos. As formas como estes podem compreender os fenômenos naturais e sociais são carregadas por certa subjetividade. Os valores intangíveis exercem influências na vida e nas relações humanas, embora sua percepção seja mais ou menos acentuada em cada indivíduo.

### 2.2.2 Teoria Interpretativista

Buscar um viés entre o Interpretativismo e a postura assumida pela coordenação das ACE na UFAM, nos leva a refletir sobre a discricionariedade no agir desses/as servidores/as frente às situações com as quais se deparam, algumas vezes inusitadas, cujas atitudes adotadas podem servir apenas naquele contexto.

Segundo Maria Esteban o Interpretativismo é uma perspectiva teórica que se contrapõem ao Positivismo, pois desenvolve interpretações da vida social e do mundo sob uma perspectiva cultural e histórica, para a autora,

A perspectiva Interpretativista surgiu como reação à tentativa de desenvolver uma Ciência Natural dos fenômenos sociais considerando três correntes fundamentais que deram lugar ao seu nascimento: a hermenêutica, a fenomenologia e o interacionismo simbólico.<sup>49</sup>

Ao definir a fenomenologia, Esteban ressalta ser ela uma filosofia, e seu lema é “voltar às coisas mesmas”, ou seja, “voltar à experiência pré-racional, à experiência vivida; não se refere a sensações sensitivas passivas, mas a percepções que, junto à interpretação, orientam objetivos, valores e significados.”<sup>50</sup>

Desse modo, podemos dizer que a fenomenologia está preocupada com a intenção do ator, enquanto a hermenêutica toma a ação como uma via para interpretar o contexto social de significado mais amplo em que está inserida. Já o

<sup>49</sup> ESTEBAN, Maria Paz Sandín. *Pesquisa qualitativa em educação: fundamentos e tradições*. Porto Alegre: AMGH, 2010. p. 58.

<sup>50</sup> ESTEBAN, 2010, p. 58.

interacionismo simbólico em linhas gerais, se sustenta em uma filosofia pragmática, representado principalmente por figuras como William James e John Dewey. Essa perspectiva afirma que é preciso ser capaz de tomar o lugar de outros para compreender o significado das relações sociais, essa tomada de papel é uma interação. “Assim o pesquisador deve ver o mundo a partir do ponto de vista das pessoas que estuda.”<sup>51</sup>

Contra-pondo-se a asserção positiva de que o método e a metodologia das Ciências Naturais deveriam fundamentar o estudo dos fenômenos humanos, diversos autores começaram a refletir sobre a própria natureza do ato de compreender, de maneira que a hermenêutica ganhou novo conceito, não só como uma ferramenta para resolver os problemas da interpretação textual (hermenêutica filológica), mas como uma fonte de reflexão sobre a natureza e o problema da compreensão interpretativa em si mesmo.<sup>52</sup>

A essa provocação para outras visões sobre o tema, o método positivista recebeu posições de correntes divergentes, antagônicas e que concebiam outras formas de metodologias científicas.

Jürgen Habermas critica severamente o monismo metodológico positivista, negando a unidade metodológica entre as Ciências Naturais e as Sociais. Para Habermas,

A ciência positivista tem realizado uma inversão em relação Epistemologia-Ciência. Defender, como faz o positivismo, que somente existe um único método científico que deve ser o juiz e que legitima os restos dos conhecimentos é o mesmo que justifica toda Epistemologia desde os parâmetros positivistas quando em realidade deveria ser de outra maneira. A Ciência é uma das mais entre as diversas formas de conhecimento. Não pode ser ela a que estipula as regras com as quais se vão a julgar outro tipo de saber: “se queremos seguir o processo de dissolução da teoria do conhecimento cujo lugar tem sido ocupado pela teoria da Ciência, teremos que superar-nos por meio das fases abandonadas da reflexão. Para retornar a recorrer este caminho, desde um horizonte que aponta para o seu ponto de partida, poderá ajudar a recuperar a perdida experiência da reflexão. Porque o positivismo é isso: o renegar da reflexão.”<sup>53</sup>

Depreende-se que o Interpretativismo se contrapõe ao positivismo ao negar a ideia de que os métodos das Ciências Sociais devem ser idênticos aos das Ciências Naturais e por buscar a compreensão do significado dos fenômenos sociais e não somente a sua explicação. Habermas verbaliza que o positivismo se interessa

---

<sup>51</sup> ESTEBAN, 2010, p. 63.

<sup>52</sup> ESTEBAN, 2010, p. 67.

<sup>53</sup> HABERMAS, Jürgen. *Conhecimento e Interesse*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

pela descrição e explicação do mundo, enquanto que “a tradição interpretativista defende a necessidade de compreendê-lo interpretativamente.”<sup>54</sup>

A concepção de *neutralidade do pesquisador* não encontra guarida na teoria interpretativista no âmbito do processo de pesquisa. Neste, denota-se que é através da interação com a comunidade que se torna possível ampliar seu entendimento sobre o fenômeno, em situações culturais e contextuais.

Se o trabalho consiste em analisar e interpretar os fatos dentro de uma conjuntura, é razoável que o pesquisador também expresse sua sensibilidade e juízo sobre aquilo que está apreciando.

No sentido de que o ser humano tem uma tendência natural de não ficar alheio ao mundo ao seu redor, Leonardo Boff afirma:

Por seu espírito e por sua autoconsciência, o ser humano se mostra sempre concriador. Ele intervém no seu mundo circundante. Adapta-se a ele e o adapta ao seu próprio projeto. Ele se faz responsável pelo sentido de sua liberdade e de sua criatividade. Emerge então como um ser ético. Ele pode agir com a natureza ou contra ela. Pode desentranhar virtualidades presentes em cada coisa e em cada ecossistema. Conhecendo as leis da natureza, ele pode usar esse conhecimento para prolongar a vida, reduzir e até anular a entropia dos processos evolutivos. O futuro da Terra dependeria assim do ser humano.<sup>55</sup>

Ao verificarmos as condições materiais e de apoio administrativo para execução das ações de extensão pelos coordenadores e coordenadoras desses projetos na Universidade Federal do Amazonas, em relatos proferidos por um significativo número desses profissionais nas Reuniões da Câmara de Extensão e Interiorização, identificamos que os procedimentos adotados pelos servidores/as com menos tempo na instituição ou iniciantes na coordenação dessas atividades, têm como principal referência os critérios e procedimentos implementados por outros coordenadores/as mais antigos e experientes na função, e, por analogia, compilam aquilo que julgam ser adequado ao seu projeto, o que ocorre com certa recorrência.

A troca de experiências e a influência das ações de uns indivíduos sobre outros, tem se mostrado comum e apreciada nas organizações. Sobre isto grifa Buttle:

A comunicação representa o “locus” de processos através do qual as pessoas cocriam, administram e transformam a realidade social da qual elas

<sup>54</sup> HABERMAS, 1982.

<sup>55</sup> BOFF, Leonardo. *O despertar da águia: o dia-bólico e o sim-bólico na construção da realidade*. 20 ed. Petrópolis: Vozes. 1998. p. 160-161.

mesmas fazem parte. Mais do que a mera co-orientação na direção de um conjunto comum de significados referenciais as pessoas interpretam as ações e discursos de outros e co-ordenam suas próprias ações de acordo com o resultado desta interpretação. Este processo interpretativo e coordenado produz a realidade social dentro da qual a pessoa se encontra inserida. No entanto todo processo possui uma estrutura visível e outra oculta, seja fazendo parte da interação, diálogo, planejamento ou negociação. Quando as pessoas se tornam cientes destas estruturas de interação e do discurso que estas provêm a linguagem, assume papel central para formar a realidade ensejada por meio de relações com outras pessoas e o mundo. O desenvolvimento pessoal e organizacional exige novas formas de relacionamento entre as pessoas e destas com o ambiente. Para que as pessoas consigam atingir melhor desempenho as pessoas necessitam de novos argumentos sobre o mundo, ambiente e a vida em si, estruturando a própria identidade como também a identidade organizacional.<sup>56</sup>

Nesse universo interativo e dinâmico torna-se quase impossível aos indivíduos permanecerem imunes ao contágio da comunicação como instrumento de aprendizagem recíproco e construção da identidade. O aspecto positivo da imitação é o dinamismo que se dá à execução e modificação dos métodos e instrumentos do “fazer”, enquanto que o aspecto negativo atribui-se ao comodismo da falta de reflexão, ao qual pode ser canalizado o indivíduo que simplesmente copia, sem questionar e sem preocupação de aprimorar.

Com esse entendimento, Symon e Clegg consideram que a identidade é negociada e construída com base na interação entre os atores sociais e investigam através de sua pesquisa porque determinadas identidades são invocadas em específicos contextos, evidenciando que a identidade socialmente construída exerce funções políticas, o que se torna relevante em momentos de mudança tecnológica. Bernstein também constata que as identidades estão disponíveis estrategicamente como uma forma de ação coletiva para mudar as instituições; para influenciar a mudança da cultura dominante, suas categorias e valores, suas políticas, estruturas e até mesmo os próprios participantes. Desta forma a expressão da identidade pode representar uma posição de conflito e disposição para a mudança. Examinando como os grupos são representados por meio de linguagem e imagens possibilita explicar como as crenças institucionalizadas são construídas.<sup>57</sup>

O significado da Teoria Interpretativista na compreensão do Programa PACE, consiste no fato de que os/as coordenadores/as das ACE ao incorporarem o

---

<sup>56</sup> BUTTLE, Francis A. *The co-ordinated management of meaning: A case exemplar of a new consumer research technology*. 1994; 28, 8, 9. p. 76.

<sup>57</sup> SYMON, Gilian; CLEGG, Chris. Constructing identity and participation during technological change. *Human Relations*, Sep., 2005; 58, 9. p. 1141.

que vem dando certo nos outros projetos e refutando as experiências negativas, vão também refinando seus procedimentos, metodologias e compreensão quanto a aplicação financeira dos recursos da bolsa de coordenação e fazem surgir novas alternativas de condução administrativa dessa modalidade de extensão.

Com essas apreciações podemos inferir que o ambiente institucional adota um desenho no qual a história da organização, suas narrativas, símbolos e mitos passam a apresentar significados e valores imantados em práticas, rotinas e processos facultando a análise compreensiva de situações e de ameaças percebidas, independentemente do seu potencial de concretização.

### 2.2.3 Importância da decisão nas instituições

A tomada de decisão representa o ponto crucial da gestão. Alguém que está capacitado e investido do poder funcional para conduzir as ações de uma equipe, com os direitos e deveres que o cargo lhe confere, tem como atribuição precípua a prerrogativa, algumas vezes indeclinável e intransferível, da tomada de decisões.

As pessoas de boa vontade agem a todo tempo disseminando os propósitos favoráveis à promoção da leveza e felicidade daqueles a quem possam atingir com seus atos e exemplos. A importância de decidir corretamente nos cerca e se faz presente em todos os aspectos, sejam estes profissionais, familiares, relacionais, etc. Sobre este assunto, Milburn e Billings apregoam:

O processo decisório como um processo constituído de múltiplos estágios, nos quais devem ser inicialmente identificados os problemas e vinculados às dimensões individuais ou coletivas com conseqüente busca e identificação de alternativas e conseqüências das escolhas, finalizado com a implementação das referidas escolhas e avaliação de seus resultados com o objetivo de verificar se o problema foi eliminado. Desta forma a definição do problema é o resultado do processo social, psicológico e político. Constata-se que a tomada de decisão envolve tipos diferentes de incertezas e de riscos sendo que as diferenças de percepção tanto de incertezas como de riscos levam a diferentes processos de busca de alternativas de escolhas.<sup>58</sup>

Daí, temos clareza da importância dos princípios e valores que buscamos identificar na condução das ações extensionistas. Como princípios que buscamos identificar, destacamos: Austeridade, Probidade, Trabalho, Equidade, Impessoalidade, Legalidade, Imparcialidade, Moralidade, Transparência,

---

<sup>58</sup> MILBURN, Thomas W; BILLINGS, Robert S. *Decision-making perspectives from psychology. The American*; Sep/Oct 1976; 20, 1; p. 111.

Flexibilidade, Disciplina, Eficácia, Efetividade, Eficiência, Perseverança, Justiça, Humildade, Coragem, Integridade, Sustentabilidade, Visão Holística, Respeito ao Indivíduo (Diversidade), Comprometimento, Autonomia, Confiabilidade e Presteza. Na escala de valores éticos e morais relacionamos: Os ditames morais (O Código de Ética dos Servidores Públicos Civis da União), as regras (recomendações de convenções do FORPROEX), leis, regimentos, resoluções e os editais que possam disciplinar os preceitos da Instituição na orientação quanto ao comportamento do/a servidor/a em relação às suas atividades administrativas, na condução das ações de extensão universitária.

Situa-se nesse conjunto de princípios e valores a obrigação da coordenação das ACE de adotar procedimentos compromissados com o caráter e a firmeza moral, respaldados nesses elementos acima descritos.

Nesse aspecto, a tomada de decisão substancia-se como um dos processos organizacionais onde a manifestação da interpretação simbólica do universo organizacional influencia efetivamente o resultado final.

A consulta aos relatórios financeiros e as respostas às questões formuladas aos/as coordenadores/as das ACE, instruíram esta pesquisa e conduziram para a formação de um quadro relativo à compreensão da postura adotada pela coordenação das Ações Curriculares de Extensão Universitária no propósito de investigar como os princípios éticos e de outros valores subjacentes podem influenciar na gestão dos recursos da bolsa de coordenação do PACE, em face das informações coletadas e analisadas no capítulo vindouro.

### 3 A ANÁLISE DOS DADOS: À LUZ DOS PRINCÍPIOS ÉTICOS E RELIGIOSOS

#### 3.1 Método da Pesquisa

O método científico, que permite a Ciência chegar à verdade dos fatos, é assim definido, segundo Gil, como sendo: “o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento.”<sup>59</sup>

O mesmo autor sugere além dos métodos dialético e fenomenológico o método **hipotético-dedutivo**, que é apresentado à ciência como tentativa de superação das limitações dos dois métodos clássicos: o dedutivo e o indutivo.<sup>60</sup>

A metodologia utilizada na pesquisa, quanto aos objetivos, é de natureza descritiva, quanto aos procedimentos é bibliográfica e documental, por ter sido desenvolvida a partir de material já elaborado (escritos oficiais), na qual se aplicou o levantamento técnico com fins exploratórios de dados dos relatórios finais de 353 Ações Curriculares de Extensão do Programa PACE, e quanto à abordagem problemática, se caracteriza como quali-quantitativa, neste aspecto defende Gamboa:

A evidência quantitativa, mesmo nas ciências naturais, não pode ser interpretada independentemente das considerações qualitativas extra-observação e extra-teoria. Em síntese, os métodos quantitativo e qualitativo não são incompatíveis, pelo contrário, estão intimamente imbricados e, portanto, podem ser usados pelos pesquisadores sem caírem na contradição epistemológica.<sup>61</sup>

Nesse contexto se pode aduzir que mesmo as informações que podem ser quantificadas merecem uma análise qualitativa para que não se tome o número por si, sem estabelecer relações com outros fatores, e que muitas informações não podem e não conseguem ser quantificadas e, por isso, precisam ser interpretadas de forma mais ampla do que circunscrita ao simples dado objetivo. Por este motivo, esta pesquisa se consubstancia na abordagem quanti-qualitativa com enfoque que busca aproximações com a teoria crítico-dialética, visando conhecer a realidade concreta no seu dinamismo e inter-relações, e os fatores que influenciaram subjetivamente nas decisões assumidas pelos/as agentes envolvidos neste trabalho, ressaltando as contradições que as constituem.

---

<sup>59</sup> GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas e pesquisa social*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994. p. 34.

<sup>60</sup> GIL, 1994, p. 34.

<sup>61</sup> GAMBOA, Silvio Ancisar Sánchez. *Contrapontos*. vol. 3, n. 3, p. 393-405, Itajaí, set./dez. 2003.

Para o atingimento dos propósitos dessa pesquisa foram explorados os arquivos físicos de projetos da Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Amazonas, o seu banco de dados eletrônico, os anais de ações de extensão produzidos na IV Mostra Interinstitucional de Ensino, Pesquisa e Extensão – IV MIEPEX (2010), no III Congresso de Extensão da UFAM – III CONGREX (2012), e nas atas de reuniões da Câmara de Extensão da PROEXT – UFAM.

A fim de traçar um panorama das articulações de como princípios éticos e outros valores subjacentes podem influenciar na gestão dos recursos financeiros da bolsa de coordenação do Programa PACE na Universidade Federal do Amazonas – UFAM, o estudo foi dividido em duas etapas.

A primeira discorreu sobre os fundamentos do Programa PACE, sua sustentação teórica e legal, a descrição do público participante, as características importância e benefícios das ações extensionistas para a comunidade acadêmica e sociedade.

A segunda etapa visou expressar os reflexos dos dados empíricos extraídos dos documentos analisados e, diante da problemática investigada, verificar se esses dados, direta e ou indiretamente, foram influenciados por outros fatores, na decisão do gestor executante das ações do PACE.

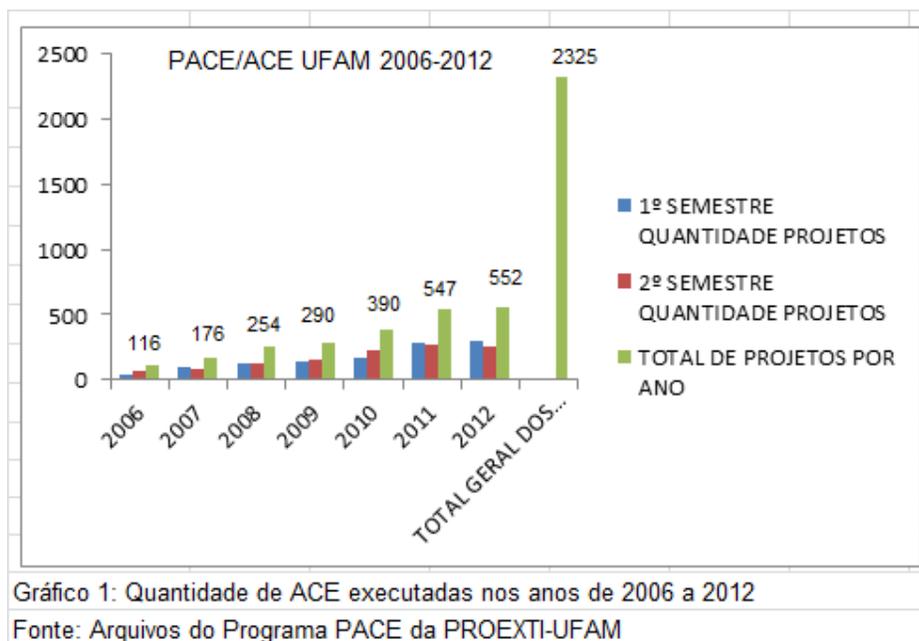
A população investigada consiste nos relatórios finais das ações curriculares de extensão universitária do Programa PACE, realizadas na UFAM a cada semestre dos anos de 2006 a 2012, cujas quantidades seguem:

**Quadro 1 – Total dos Projetos PACE por ano de realização**

ANO	1º SEMESTRE QUANTIDADE PROJETOS	2º SEMESTRE QUANTIDADE PROJETOS	TOTAL DE PROJETOS POR ANO
2006	46	70	116
2007	93	83	176
2008	129	125	254
2009	142	148	290
2010	167	223	390
2011	279	268	547
2012	294	258	552
TOTAL GERAL DOS PROJETOS NOS SETE ANOS			2.325

Quadro 1: ACE PACE realizadas por semestre na UFAM (2006-2012)  
Fonte: Arquivos da PROEXT – UFAM

Gráfico 1 – Demonstrativo das ACE PACE realizados de 2006 a 2012



Dessa população foram analisadas amostras estratificadas dos relatórios dos projetos, compreendendo um percentual de quinze por cento do total no período (2.325), com foco na análise dos demonstrativos financeiros apresentados pelos/as coordenadores/as que comprovam a utilização dos recursos da bolsa de coordenação recebida no projeto, submetidos e aprovados pela Câmara de Extensão da UFAM. Definidas as unidades populacionais, os dados foram coletados, estudos feitos sobre as variáveis (nominais e discretas), e realizadas as análises descritivas.

A finalidade precípua desta pesquisa consiste em analisar a forma como os/as coordenadores/as dos projetos de extensão do Programa PACE realizaram as Ações Extensionistas, consideradas as diversas aplicações e destinações dadas aos recursos financeiros da bolsa de coordenação, as características pessoais trazidas pelos educadores/as e suas influências natural e subjetiva, para as tomadas de decisões quanto ao uso e destinação do numerário recebido, objetivando responder a questão abaixo:

*Como os princípios éticos e outros valores subjacentes podem influenciar na gestão dos recursos da bolsa de coordenação do Programa PACE na Universidade Federal do Amazonas (UFAM)?*

Foram demandados como pressupostos os possíveis indicadores impactantes para as decisões de aplicações desses recursos:

- a) Os/as docentes trazem consigo uma bagagem de conhecimentos adquiridos em outras experiências profissionais vivenciadas;
- b) Os princípios gerais administrativos são conhecidos e empregados de forma subsidiária na gestão dos recursos;
- c) Valem-se das habilidades e conhecimentos dos/as discentes colaboradores/as dos projetos para a condução da sua parte administrativa;
- d) A relação afetiva desenvolvida com os/as discentes cria uma relação de compromisso com esses/as e o estimula a se empenhar na condução do projeto;
- e) Buscam orientação com outros/as coordenadores/as de projetos e copiam os procedimentos de aplicação e gestão dos recursos financeiros;
- f) Desconhecem as normas e procedimentos que possam ser atribuídos ao uso e gestão de recursos financeiros nos projetos e, portanto, aplicam os recursos sem critérios, não se preocupando com a prestação de contas dos mesmos (já que não é ilegal, não me importa se não é ético).

### **3.2 Lugar de onde observa**

Ocupa o cargo de Técnico Administrativo em Educação e exerce nesta oportunidade a função de Diretor do Departamento de Articulação e Planejamento de Extensão da Pró-Reitoria de Extensão e Interiorização – PROEXTI/ UFAM, sendo participante com voz nas reuniões da Câmara de Extensão e Interiorização da PROEXTI – UFAM, à qual assessora fazendo as análises prévias das propostas de projetos que preveem a utilização de recursos financeiros, sendo-lhe autorizado formalmente o acesso a esses dados, o que viabilizou a realização desta pesquisa. Há expectativa de que os elementos informativos que constarão do relatório final deste trabalho possam subsidiar aquele colegiado na elaboração de resolução que discipline o uso dos recursos financeiros da bolsa de coordenação do PACE.

A extensão universitária, ao longo dos anos, tem se solidificado nas Instituições de ensino superior brasileiras, cada vez mais se consolidando através da oferta de cursos de caráter extensionista para o público acadêmico e para a comunidade em geral.

Embora seja possível identificar avanços nessa parte importante do tripé da educação superior, alguns desafios são visíveis e ainda não superados nesse

segmento. O principal deles, e que tem sido reiteradamente objeto de requerimentos junto ao MEC, é a inserção de recursos financeiros na dotação orçamentária das IFES, com rubrica específica para a extensão universitária, o que atualmente não ocorre.

Os recursos financeiros que hoje custeiam os programas e projetos de extensão são, na verdade, dotações orçamentárias da cota globalizada (rubrica genérica) de cada Instituição Federal de Ensino Superior, cabendo à administração superior de cada IFES decidir, se, e o quanto de recursos destinará ao custeio dessas ações.

O que temos visto, particularmente na Universidade Federal do Amazonas, é uma conscientização da reitoria quanto ao importante papel da extensão universitária para a formação acadêmica dos discentes e para a integração da sociedade nas atividades e no compartilhamento recíproco do conhecimento. No entanto, em face da limitação dos recursos oriundos da matriz orçamentária que o MEC destina às IFES, temos verificado que um número significativo de projetos de ações de extensão, embora possuam reconhecidamente mérito acadêmico e pedagógico, não são aprovados e institucionalizados por necessitarem de recursos financeiros para sua execução, e estes não estarem disponíveis em quantidades suficientes para agraciar a todas as propostas de projetos submetidos à seleção.

A Lei Federal Nº 13.005 de 25 de junho de 2014 que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE), estabelece metas que deverão ser cumpridas no decênio compreendido entre 2014 e 2024, no qual está preconizada na Meta 12, item 7, o compromisso de curricularização das ações de extensão universitária.\*

De forma contraditória, a Lei acima citada determina a curricularização das ações de extensão, estabelecendo sua inserção nos projetos pedagógicos dos cursos, com no mínimo 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares de cada curso, todavia, não há uma dotação orçamentária para a extensão nos moldes do que existe especificamente para o ensino e para a pesquisa.

---

\* Art. 1º É aprovado o Plano Nacional de Educação - PNE, com vigência por 10 (dez) anos, a contar da publicação desta Lei, na forma do Anexo, com vistas ao cumprimento do disposto no Art. 214 da Constituição Federal.

Art. 3º As metas previstas no Anexo desta Lei serão cumpridas no prazo de vigência deste PNE, desde que não haja prazo inferior definido para metas e estratégias específicas.

META 12.7 - assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social.

Uma alternativa de enfrentamento para tentar lidar com essa realidade, seria à medida que a implantação da curricularização vá se efetivando, seja canalizado pelo MEC recurso específico com a rubrica de custeio de ação de extensão universitária, para o financiamento dessas ações previstas na matriz curricular de cada projeto pedagógico.

A preocupação da Secretaria de Educação Superior em que seja (re)formulado o currículo escolar para os diversos níveis da educação brasileira como ferramenta que possa propiciar a elevação da qualidade de nossas escolas, pode não surtir os efeitos esperados dessa medida. Conforme Sacristan:

O currículo não pode ser compreendido separadamente das condições reais de seu desenvolvimento e, por isso mesmo, entender o currículo num sistema educativo requer prestar atenção às práticas políticas e administrativas que se expressam em seu desenvolvimento, às condições estruturais, organizativas, materiais, dotação de professorado, à bagagem de ideias e significado que lhe dão forma e que o modelam em sucessivos passos de transformação.<sup>62</sup>

Nessa perspectiva de construir a matriz curricular dos cursos de graduação da UFAM, observando a existência de área verde que possibilite a inclusão de Ações Curriculares de Extensão que passem a integralizar essas grades ou matrizes, em cumprimento à legislação vigente, a interação com outras Pró-Reitorias, em especial com a de Ensino de Graduação – PROEG torna-se fundamental, o que reforça a importância da Indissociabilidade, Preceito constitucional, previsto no Art. 207 da Carta Magna, é a vinculação articulada entre o ensino de graduação, a pesquisa e a extensão universitária. Sobre essa importância da construção conjunta do currículo, expressa Fazzi:

O currículo faz parte de múltiplos tipos de práticas sociais e culturais, vividas individual e coletivamente, por seres humanos concretos. A prática de currículo se efetiva no cotidiano da escola, através de vivências diversas, em que todos são responsáveis por sua construção. O currículo não é concebido como conteúdo ou como grade, estrutura pré-determinada e imóvel. Ele é constituído pelos parceiros ao longo do trabalho. É tecido ponto a ponto com as cores de todos. Não se resume ao conhecimento científico e nem dele prescinde. Articula-se com vários saberes. Um currículo, portanto, que não separa questões do conhecimento, da cultura e da estética das questões do poder, da ética e da política.<sup>63</sup>

---

<sup>62</sup> SACRISTAN, J. Gimeno. *O Currículo, uma reflexão sobre a prática*. Porto Alegre: Editora Artmed, 2000.

<sup>63</sup> FAZZI, José Luiz. *Itinerários Formativos e Curriculares na Educação de Jovens e Adultos*. Tese (Doutorado). UFMG. Belo Horizonte, 2007.

Retomando a tratativa do recurso financeiro denominado bolsa de coordenação do PACE, conceitualmente a referida bolsa é paga como incentivo à/ao Docente que coordena a ACE, embora, via regra, tenha sendo utilizada para viabilizar a execução da ação, tais como aquisição de materiais de consumo ou de equipamento para o projeto, custeio de despesas da equipe, como: passagens, alimentos e insumos e serviços utilizados, entre outras.

Curiosamente, diante da precariedade de recursos, o que se tem conhecimento é que o/a docente se envolve de tal forma com a comunidade externa com e para a qual desenvolve suas atividades, e seu compromisso na formação acadêmica dos discentes é tamanho que chega a complementar com recursos próprios aquilo que excede à capacidade de custeio do valor de R\$ 1.500,00, unicamente recebido; outras vezes protocolizam suas propostas solicitando a institucionalização do projeto, apenas com a finalidade de, ao concluí-lo, obter da PROEXTI a emissão dos certificados aos participantes, assumindo ele/a os custos financeiros do projeto.

Diante desse desafio, superando as dificuldades, os extensionistas vão cumprindo seu magistério, e a cada versão do trabalho, quando se imagina que podem esmorecer, surgem renovados e entusiasmados para uma nova etapa, conforme os números crescentes de ações de extensão aprovadas nos períodos, consignados no Quadro 1 e Gráfico 1. Sobre esse contraste fascinante, entre a sensação do medo que a pessoa pode sentir de algo e o interesse que para ela isso desperta, a ponto desafiá-la a esgueirar-se na superação de obstáculos com o ímpeto de conquistá-lo, Martinho Lutero diz: “É como quando reverenciamos com temor um santuário, sem que por isso fuçamos dele, mas desejamos nos aproximar dele”.<sup>64</sup>

Por si próprio, o ser humano traz algumas dicotomias em sua forma de agir, viver e pensar. Nos ensinamentos de Marilena Chauí:

Ambiguidade é a forma de existência dos objetos da percepção e da cultura, sendo percepção e cultura, elas também, ambíguas, constituídas não de elementos ou de partes separáveis, mas de dimensões simultâneas, que somente serão alcançadas por uma racionalidade alargada.<sup>65</sup>

---

<sup>64</sup> OTTO, Rudolf. *O Sagrado: os aspectos irracionais na noção do divino e sua relação com o racional*. São Leopoldo: Sinodal/EST; Petrópolis: Vozes, 2007. p. 68.

<sup>65</sup> CHAUI, Marilena. *Conformismo e Resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. 6ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 123.

Nesse diagnóstico feito por Chauí nota-se certo conflito interno vivido pelos/as indivíduos, os/as quais respondem a esses estímulos ocorridos nas relações com outras pessoas, com o meio ambiente e a natureza, de acordo com a contextualização em que estiverem inseridos nesses acontecimentos. Embora as pessoas sejam tentadas a agir conforme os costumes e a cultura prevalente, outros fatores influenciam na formação desses valores e princípios que nortearão sua existência e suas relações.

A formação do caráter embora para alguns cientistas seja cronologicamente situada em um determinado ciclo etário dos seres humanos, há sempre a possibilidade de aprendizagem e transformação dos seres dotados de inteligência, até porque genuinamente neles existem os dois lados do comportamento: O bom e mau. Uma pessoa boa pode ter em determinadas circunstâncias atitudes más, sem que isto possa representar uma transformação de seu caráter, mas a representação pontual de que é dotada dessa bipolaridade comportamental.

Nas ações extensionistas os desafios internos e externos são evidentes e se renovam, porém verificamos que o PACE tem atraído significativo e crescente número de comunitários para participar da vida acadêmica, sendo inserido e integrado a esse universo, cuja acessibilidade tem sido democratizada e se fortalecida à medida que se torna uma prática pedagógica e de integração social.

### **3.3 Dados empíricos da pesquisa**

Reveste-se de cabal importância ressaltar que as ações do Programa PACE são executadas por semestre letivo no qual cada docente pode coordenar até duas ações curriculares de extensão (ACE), podendo reeditá-las em períodos sucessivos ou não. Neste sentido são dados apurados pela Pró-Reitoria de Extensão da UFAM que entre os/as docentes que a integram, uma média de 146 (cento e quarenta e seis) coordenaram ACE nos anos de 2006 a 2012, entre os semestres letivos no referido espaço temporal.

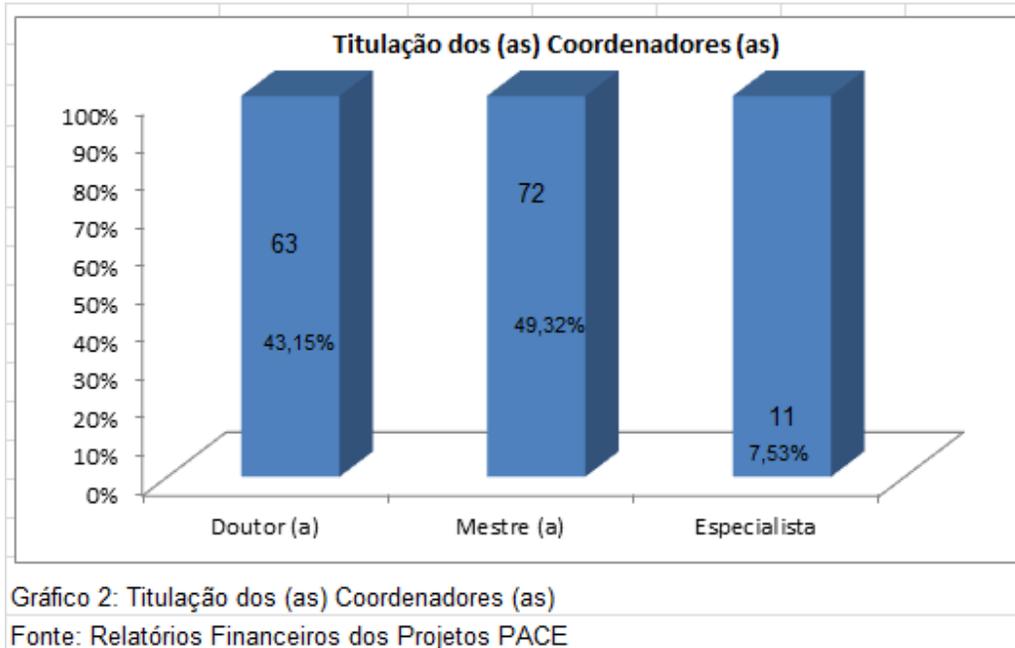
Foram realizadas análises dos dados retirados do campo de amostras representado por trezentos e cinquenta e três relatórios financeiros de projetos de extensão do programa PACE, de um universo de dois mil, trezentos e vinte e cinco ações, o que representou um percentual de 15% (quinze por cento) do total dos projetos aprovados.

Nesse universo de servidores/as docentes que executaram ações curriculares de extensão na UFAM, no período de 2006 a 2012, cujos relatórios de atividades e financeiros foram entregues, finalizando a ação, foi possível extrair dos documentos as seguintes informações:

Foram selecionadas, de forma aleatória, **25** (vinte e cinco) ACE executadas no ano de 2006, sendo 04 da área temática de educação por ser nesse ano a mais representativa em número de projetos aprovados e 03 das outras sete áreas. No ano de 2007 foram selecionadas, de forma aleatória, **27** (vinte e sete) ACE executadas, sendo 06 da área temática de Ciências da Saúde por ser nesse ano a mais representativa em número de projetos aprovados e 03 das demais áreas. No ano de 2008 foram selecionadas, de forma aleatória, **35** (trinta e cinco) ACE executadas, sendo 07 da área temática de educação por ser nesse ano a mais representativa em número de projetos aprovados e 04 das outras sete áreas. Em 2009 foram selecionadas, de forma aleatória, **44** (quarenta e quatro) ACE executadas, sendo 09 da área temática de Ciências da Saúde, por ser nesse ano a mais representativa em número de projetos aprovados e 05 das demais áreas. Referentes ao ano de 2010 foram selecionadas, de forma aleatória, **59** (cinquenta e nove) ACE executadas, sendo 10 da área temática de Ciências Humanas e Letras por ser nesse ano a mais representativa em número de projetos aprovados e 07 das demais áreas. Já para o ano de 2011 foram selecionadas, de forma aleatória, **80** (oitenta) ACE executadas, sendo 10 por cada área temática. Finalmente, no ano de 2012 foram selecionadas, de forma aleatória, **83** (oitenta e três) ACE executadas, sendo 13 da área temática de Ciências da Saúde, por ser nesse ano a mais representativa em número de projetos aprovados, e 10 das outras sete áreas.

Verificamos, ainda, que dos/as 146 docentes executantes de ações curriculares de extensão nos anos de 2006 a 2012, conforme grafado nos formulários de submissão dos projetos por eles/as preenchidos, 63 são doutores, 72 são mestres/as e 11 são especialistas, sendo destacável que: as ações curriculares de extensão desenvolvidas na área temática de Ciências Humanas foram as que apresentaram maior quantidade de doutores/as como coordenadores/as.

Gráfico 2 – Titulação dos/as Coordenadores/as de Extensão



Os recursos financeiros das bolsas de coordenação do PACE nos projetos investigados foram utilizados nas formas abaixo:

- Em 159 (cento e cinquenta e nove) Ações de Extensão do PACE os recursos da Bolsa de Coordenação no valor de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) foram utilizados para aquisição de materiais permanentes, tais como computadores, impressoras, mesas e cadeiras para salas de estudos e laboratórios específicos para execução das Ações, microfones, gravadores, máquinas fotográficas, filmadoras, estufas, utensílios agrícolas, estantes, condicionadores de ar, entre outros. A destinação final desses materiais adquiridos, invariavelmente, tem sido a doação dos mesmos aos Institutos, Unidades ou Laboratórios da própria Universidade, nos quais são desenvolvidas Ações Extensionistas, mediante termo de doação de materiais, com modelo eletrônico disponível no site da Pró-Reitoria de Extensão da UFAM, para posterior inserção patrimonial desses bens;
- Em 123 (cento e vinte e três) projetos de extensão foram adquiridos materiais de consumo utilizados para a realização das Ações Extensionistas, com destaque para papel ofício, toners, canetas, pen drives, mídias digitais (CD e DVD), consumíveis para uso em laboratórios, cestas básicas para

alimentação de discentes em atividades de campo, compra de combustíveis e materiais gráficos de divulgação (banner, faixas, folders e cartazes);

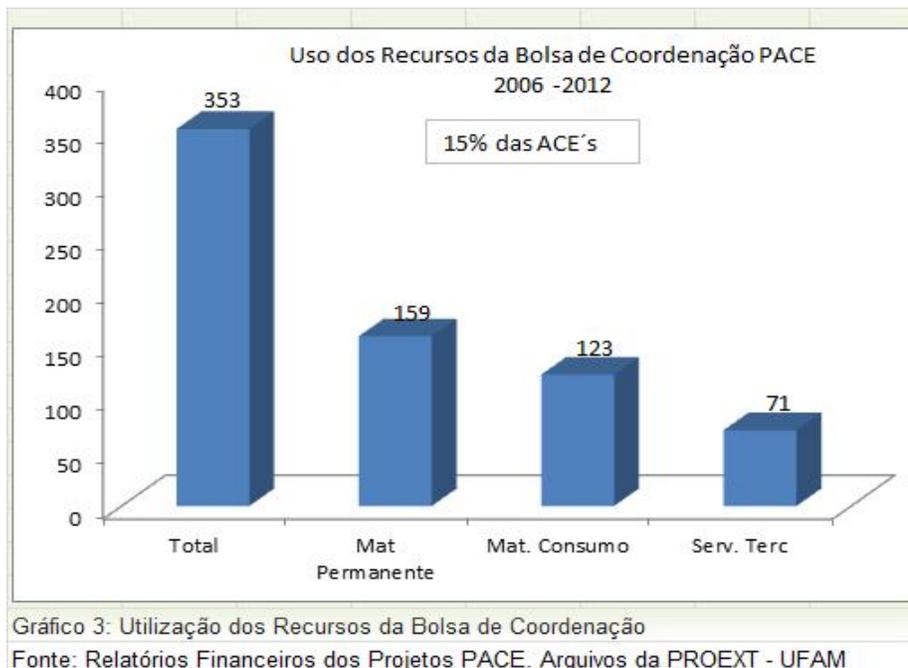
- Em 71 (setenta e uma) Ações de Extensão os recursos foram aplicados na contratação de serviços de terceiros, pessoas físicas, para manutenção de equipamentos a serem utilizados na Ação, frete de materiais, transporte para o pessoal envolvido, pagamento de refeição pronta, ajuda de custo a comunitário contratado para apoio nas atividades, etc.

Nessa amostragem de projetos analisados podemos inferir que a pluralidade de opções e alternativas para as quais os/as coordenadores/as das ACE direcionaram o emprego dos recursos financeiros da bolsa de coordenação, resultou em diferentes concepções administrativas de gerir o erário público, com assunção de medidas cujos reflexos também são os mais variados.

Este cenário nos remete a conjecturar se o uso desses recursos tem sido na direção do cumprimento de sua função socioeducativa, de promover a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão, levando a academia à comunidade, com a observância dos preceitos éticos e legais. Podemos verificar que, de forma direta, na maioria das ações não há esse viés.

A opção por utilizar o recurso da bolsa de coordenação, em alguns casos, não guarda uma fundamentação concreta com a necessidade de suprir materialmente o projeto, mas explicita a preocupação de viabilizar uma maior austeridade na prestação de contas do relatório financeiro quanto a destinação dada ao recurso, e nesse contexto a rigidez e correção de atitudes cerceia e paralisa a criatividade, nota-se a falta de ousadia com responsabilidade.

O gráfico a seguir nos indica as aplicações dos recursos da bolsa de coordenação do PACE, dentro das rubricas.

**Gráfico 3 – Utilização dos Recursos das bolsas de Coordenação**

Consta-se que as prestações de contas que apresentaram melhor conformidade e regularidade são aquelas em que os/as docentes optaram por empregar o valor da bolsa de coordenação na aquisição de materiais permanentes, em sua maioria aproveitando pregões públicos em andamento na Universidade e quando não é possível essa “carona”, verifica-se a adoção de procedimentos simples, mediante convites ou tomadas de preços, para selecionar fornecedores, cujos processos de prestação de contas encontram-se instruídos com a documentação contida nos relatórios financeiros das ações. Em geral a destinação dos materiais permanentes adquiridos com recursos das bolsas de coordenação, é a doação à UFAM, com tombamento destes, mediante inclusão no seu ativo permanente.

Os materiais de consumo adquiridos, apesar de ser recorrente sua utilização em todos os projetos, são adquiridos de forma descentralizada, apresentam forte oscilação em valores e quantidades. Apesar de que se possa verificar coerência e adequação desses materiais para as atividades desenvolvidas nas Ações.

Merece destaque que os relatórios financeiros demonstram relativo grau de fragilidade no tocante à formalização dos processos aquisitivos desses materiais de consumo, assim como de seu controle, utilização e destinação de eventuais sobras, não sendo encontrados registros nesse sentido.

No que concerne às despesas atribuídas à contratação de serviços de terceiros, pessoa física ou jurídica, utilizados para transportes de pessoas, fretes de cargas, fornecimento de refeição, confecção de itens de divulgação, etc., nessa categoria de emprego dos recursos encontramos as maiores incidências de informalidades e de falta de comprovação documental. São esses serviços que evidenciam as particularidades e peculiaridades regionais amazônicas.

As atividades que são desenvolvidas fora da Sede Manaus e dos Municípios Polo, têm se deparado com situações em que, por exemplo: necessitam contratar os serviços de um catraieiro (piloto de pequena embarcação típica da Amazônia) para deslocamentos em igapós e igarapés, ou de mateiros, detentores de conhecimentos tradicionais, de hábitos e costumes restritos a esses caboclos, ribeirinhos e indígenas, dentre os quais alguns sequer possuem documentação civil, mas são experts na floresta.

A exigência de que essas pessoas venham a expedir nota fiscal ou até mesmo recibo de qualquer natureza dificulta a contratação desses serviços ou a aquisição de materiais em determinadas localidades. O mesmo se aplica à compra de refeições, insumos e coletas de amostras para pesquisas (sementes, raízes, folhas, frutos, etc.) nos longínquos recantos da floresta.

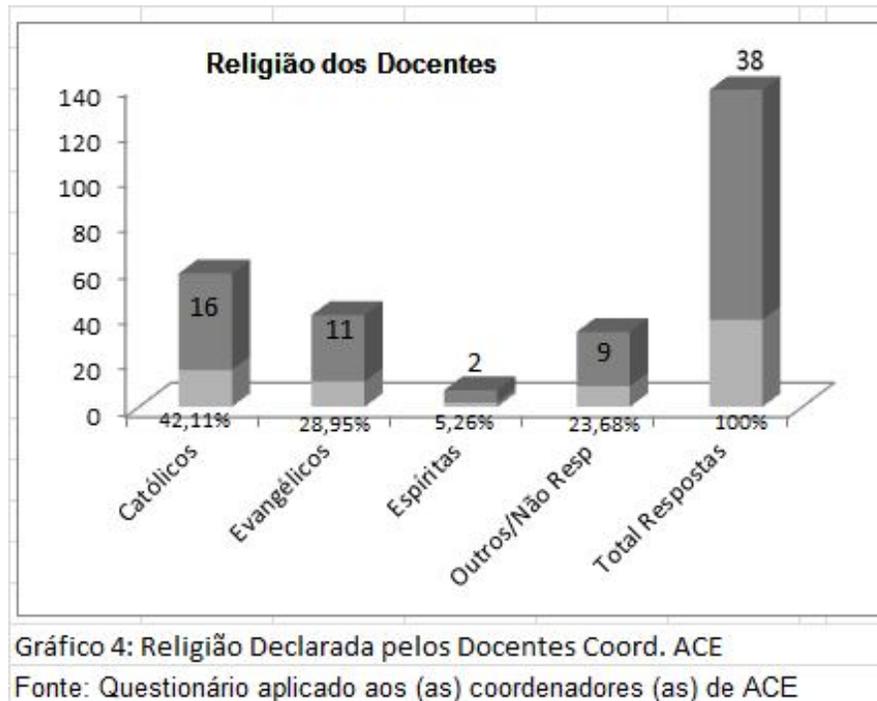
Com um olhar puramente legalista, muitas dessas ações seriam inviabilizadas no seu nascedouro. No entanto, aí reside o desafio da coordenação que é de subsidiariamente centrar no aspecto ético os procedimentos por ela adotados e conduzir-se com disciplina, coragem e flexibilidade, sem descuidar-se da austeridade, probidade e eficiência das quais seus atos devem ser revestidos.

Para uma melhor compreensão desse desafio enfrentado pelo/a coordenador/a da ACE, encaminhamos um questionário (Anexo III) a ser preenchido pelos pesquisados, sugerindo algumas hipóteses que possam indicar o perfil dos extensionistas, de forma subsidiária, objetivando colher as respostas sobre as hipóteses de impactos dos indicadores sugeridos que possam situar nossa compreensão sobre os conhecimentos desses profissionais em matéria de administração pública financeira e quais as ferramentas adotadas para a gestão financeira do recurso da bolsa de coordenação do PACE.

Daqueles/as que receberam o formulário, 38 (trinta e oito) docentes responderam às questões e sobre tais respostas elaboramos as seguintes análises:

Nesse coletivo de servidores/as que responderam ao questionário, 27 se declararam cristãos, sendo 16 católicos e 11 evangélicos. Também nesse conjunto pesquisado 02 se disseram espíritas e outros 09 informaram não ter denominação religiosa ou não responderam a este quesito. Os católicos representam 42,11% e os evangélicos perfazem o percentual de 28,95%. Completando essa análise, os espíritas são 5,26%, enquanto os que não declararam qualquer denominação religiosa representaram 23,68% do total dos docentes que atenderam à pesquisa.

**Gráfico 4 – Religião Declarada pelos/as Docentes Coordenadores/as**



Verifica-se ainda, que nesse conjunto de docentes que responderam ao questionário, 16 coordenadores/as de projetos são doutores, 18 são mestres e 04 são especialistas, o que mantém a média de titulação apresentada pelos/as docentes extensionistas da UFAM.

A extensão universitária não concorre com o ensino e a pesquisa, ao contrário, instrumentaliza o tripé da educação para que os experimentos acadêmicos possam chegar à sociedade e com esta venha a fomentar novos desafios, numa via circular, para que essa interação produza um verdadeiro caminho de aprendizagem, todos com sua importância e participação destacadas.

Entender quem são os/as docentes que executam as atividades de extensão nos coloca no contexto dessas ações, para que possamos, com uma visão

adequada do cenário, compreender as medidas implementadas por esses/as profissionais na condução dos trabalhos.

Como respostas às questões OPTATIVAS formuladas no anexo III, temos como retorno o seguinte:

**Quadro 2 – Consolidação das Respostas Optativas Recebidas**

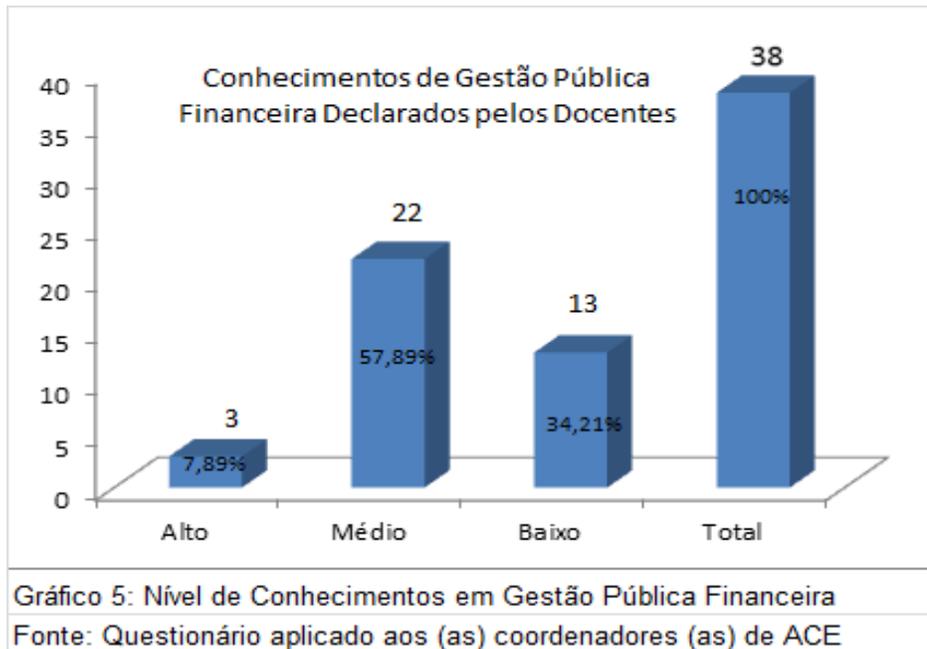
QUESTÃO 1	RESPOSTAS	OPTATIVAS		
		BAIXO (0-10) < 5	MÉDIO (0-10) >5<8	ALTO (0-10) >8
1. Como classifica seus conhecimentos em Gestão Pública Financeira?	38	13	22	03

Fonte: Anexo III.

A esta indagação, 13 docentes responderam que seus conhecimentos em Gestão Pública Financeira, numa escala de 0-10 seria menor que 5, portanto, considerado “baixo”. Para 22 docentes seus conhecimentos situam-se na escala entre 5 e 7, que são considerados de grau “médio” e para outros/as 3 docentes que responderam ao questionário, seus conhecimentos em Gestão Pública Financeira figuram na escala entre 8 a 10, considerados de grau “alto”.

A resposta de apenas 03 coordenadores afirmando ter conhecimentos administrativos numa escala entre 08-10 (alta), comprova a dificuldade suscitada no Capítulo anterior na qual se cogita que fora da área de Estudos Sociais (Administração, Economia, Contábeis), os conhecimentos teóricos e práticos sobre as rotinas de administração Pública Financeira são reduzidos, o que acentua as dificuldades em gerir os recursos financeiros dotados para a ACE.

Gráfico 5 – Resposta da Questão 1



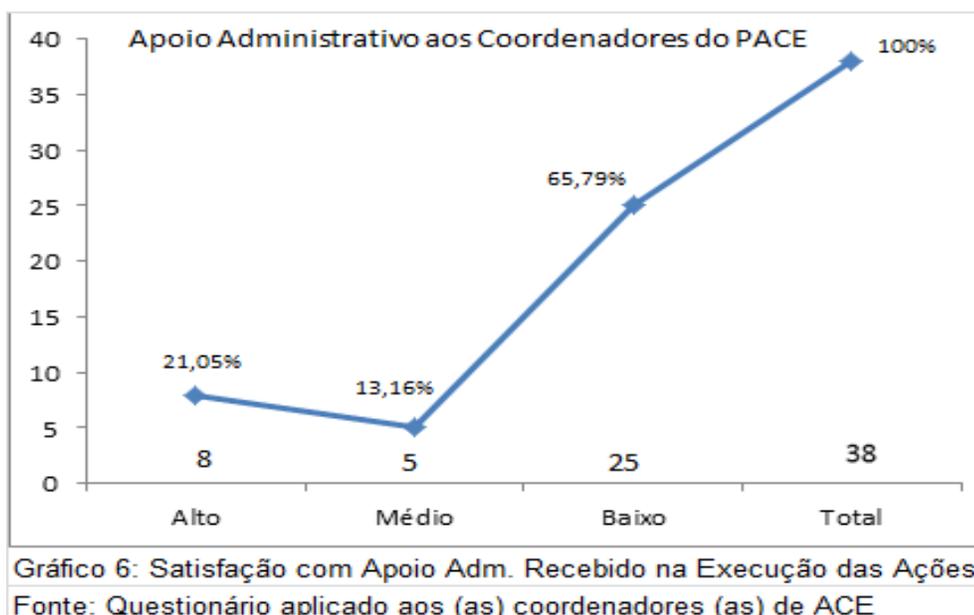
Quadro 3 – Consolidação das Respostas Optativas Recebidas – Questão 2

QUESTÃO 2	RESPOSTAS	OPTATIVAS		
		BAIXO (0-10) < 5	MÉDIO (0-10) >5<8	ALTO (0-10) >8
2. Como considera o apoio da estrutura administrativa da UFAM à Coordenação do Projeto PACE, na execução financeira das ações?	38	25	05	08

Fonte: Anexo III.

Nesse aspecto, referente ao apoio administrativo à Coordenação do Projeto PACE pela estrutura administrativa da UFAM, na execução financeira das Ações, 25 docentes consideram “baixo” o apoio recebido, foram 5 os docentes que consideram “médio” o apoio administrativo recebido, enquanto que 8 deles/as consideram “alto”, ou seja, estão satisfeitos/as com a interação e disponibilidade da estrutura administrativa do Programa PACE.

Gráfico 6 – Resposta da Questão 2



A carência de apoio administrativo, mais efetivo e contínuo, tem sido argumentada pelos coordenadores/as das ACE, que se reforça pelo fato de que nessa modalidade não há discente bolsista, o que direciona os estudantes que integram projeto à execução da atividade acadêmica pedagógica, enquanto o/a docente coordenador/a assume, cumulativamente, todas as atividades.

Para as hipóteses sugeridas no questionário apresentado no anexo III, as respostas classificadas NECESSÁRIAS obtidas dos/as docentes estão assim assinaladas:

Quadro 4 – Consolidação das Respostas Necessárias Recebidas - Questão 3

QUESTÃO 3	RESPOSTAS	NECESSÁRIAS		
		SIM	NÃO	N/A
3. Os docentes trazem consigo uma bagagem de conhecimentos adquiridos em outras experiências profissionais vivenciadas?	38	22	12	04

Fonte: Anexo III.

De acordo com o preenchimento do questionário devolvido por 38 docentes coordenadores/as de ações do PACE, 22 responderam afirmativamente à questão

(questão 3), 12 responderam negativamente, ou seja, não traziam consigo conhecimentos anteriores relacionados à administração de recursos financeiros na esfera pública e 04 não responderam ou acharam que a alternativa não se aplica a esta situação concreta.

**Quadro 5 – Consolidação das Respostas Necessárias Recebidas - Questão 4**

QUESTÃO 4	RESPOSTAS	NECESSÁRIAS		
		SIM	NÃO	N/A
4. Os princípios gerais administrativos são conhecidos e empregados de forma subsidiária na gestão dos recursos?	38	26	10	02

Fonte: Anexo III.

No tocante à questão 4, entre os 38 docentes que devolveram o formulário atendendo à pesquisa, 26 grafaram que sim, conheciam os princípios administrativos da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, e que os mesmos tiveram influência nos atos administrativos relativos à aplicação dos recursos da bolsa de coordenação do PACE, 10 responderam que não fizeram essa correlação direta dos princípios gerais administrativos nas suas decisões de como utilizar os recursos da bolsa de coordenação, ao mesmo tempo em 02 docentes coordenadores/as não responderam ou acharam inaplicável esse quesito.

Verifica-se, diante das respostas obtidas, o quanto é representativo para o trabalho da coordenação da ACE conhecer os Princípios da Administração Pública, assim como os Princípios Éticos citados na abordagem do Capítulo 2, item 2.2.2 Importância da decisão do gestor nas instituições, deste relatório.

**Quadro 6 – Consolidação das Respostas Necessárias Recebidas - Questão 5**

QUESTÃO 5	RESPOSTAS	NECESSÁRIAS		
		SIM	NÃO	N/A
5. Valem-se das habilidades e conhecimentos dos discentes colaboradores dos projetos para a condução da sua parte administrativa?	38	29	06	03

Nesse contexto, 11 dos/as pesquisados/as responderam utilizar-se do interativismo com seus pares, adotando as práticas rotineiras daqueles/as colegas com paradigma para a execução financeira na gestão dos recursos da bolsa de coordenação das ACE. 26 daqueles/as que responderam à questão afirmaram que não buscaram orientação ou não se espelharam nos procedimentos adotados por outros/as docentes na condução da gestão dos recursos financeiros de suas ações de extensão e apenas 01 julgou a questão como não aplicável ou não a respondeu.

**Quadro 7 – Consolidação das Respostas Necessárias Recebidas - Questão 6**

QUESTÃO 6	RESPOSTAS	NECESSÁRIAS		
		SIM	NÃO	N/A
6. A relação afetiva desenvolvida com os discentes cria uma relação de compromisso com esses e o estimula a se empenhar na condução do projeto?	38	34	04	00

Fonte: Anexo III.

A relação afetiva desencadeada com os/as discentes do projeto, respaldada pela necessidade de formação do estudante, mas, acima de tudo, pelo compromisso vocacional do/a professor/a fica evidenciada por 34 respostas positivas nesse termo, enquanto que 04 deles/as responderam que não atribuem à relação afetiva qualquer vinculação de compromisso para alcançar o objetivo final do projeto.

**Quadro 8 – Consolidação das Respostas Necessárias Recebidas - Questão 7**

QUESTÃO 7	RESPOSTAS	NECESSÁRIAS		
		SIM	NÃO	N/A
7. Buscam orientação com outros coordenadores/as de projetos e copiam os procedimentos de aplicação e gestão dos recursos financeiros?	38	11	26	01

Fonte: Anexo III.

Nesse contexto, 11 dos/as pesquisados/as responderam utilizar-se do interativismo com seus pares, adotando as práticas rotineiras daqueles/as colegas com paradigma para a execução financeira na gestão dos recursos da bolsa de

coordenação das ACE. 26 daqueles/as que responderam à questão afirmaram que não buscaram orientação ou não se espelharam nos procedimentos adotados por outros/as docentes na condução da gestão dos recursos financeiros de suas ações de extensão e apenas 01 julgou a questão como não aplicável ou não a respondeu.

**Quadro 9 – Consolidação das Respostas Necessárias Recebidas - Questão 8**

QUESTÃO 8	RESPOSTAS	NECESSÁRIAS		
		SIM	NÃO	N/A
8. Desconhecem as normas e procedimentos que possam ser atribuídos ao uso e gestão de recursos financeiros nos projetos e, portanto, aplicam os recursos sem critérios, não se preocupando com a prestação de contas dos mesmos (já que não é ilegal, não me importa se não é ético)?	38	00	38	00

Fonte: Anexo III.

A essa questão hipotética a totalidade dos/as pesquisados/as respondeu negativamente, ou seja, os/as 38 docentes pesquisados/as conhecem os procedimentos administrativos ou buscam de alguma forma compilar de outras fontes os instrumentos que lhes permitam situar suas ações no contexto da legalidade e da ética, muitas vezes executando-as da maneira mais simples e elementar para não correr riscos de ser canalizado/a, até pelo desconhecimento, a situações vexatórias ou não recomendadas.

Os levantamentos analisados têm apontado que fora da área de Estudos Sociais (Administração, Economia, Contábeis), as dificuldades em gerir os recursos financeiros mostram-se mais latentes, pois, por ser o PACE um Programa cujos projetos constituem Ações Curriculares de Extensão – ACE, imprescindíveis para a formação de discentes de todas as graduações, nos cursos de áreas específicas como Ciências da Saúde, Ciências Biológicas, Ciências Humanas, Ciências da Tecnologia, Artes e Comunicações, essa carência de pessoa com conhecimento em rotinas administrativas se evidencia ao ponto dos/as coordenadores/as dos projetos de extensão, buscarem, como medida suplementar, nomear docentes dos Cursos de Estudos Sociais (Administração, Contábeis e Economia) como vices-coordenadores/as, pedir auxílio a outros/as docentes que já tenham experiência em

coordenação de Ações de Extensão, ou, até mesmo, incluir colaborador/a externo/a, cuja atividade é meramente apoiar administrativamente a ACE. Como diz Santos:

O sujeito, o trabalhador que produz um saber, manifesta uma determinada relação com o saber e com o trabalho que tem a ver com sua própria história, seus interesses e projetos. Na medida em que o trabalhador recupera elementos de sua trajetória pessoal constitutivos de seus interesses, desejos e vontades, articulando-os com seu projeto de vida, ele está expressando alguma coisa que é singular, que é da ordem da sua subjetividade. Entretanto, essa singularidade, essa subjetividade se dá na relação com o outro, portanto, faz parte de um coletivo de subjetividades.<sup>66</sup>

Verificou-se no rol das dificuldades apontadas pelos professores/as a falta de pessoal qualificado de apoio administrativo por parte da Universidade, no tocante à gerência dos projetos, não sendo rara a busca pela inclusão na equipe de pessoas da comunidade universitária, com capacitação ou conhecimento ainda que superficial em administração e finanças, quando no projeto há disponibilidade de recurso financeiro que possa ser utilizado para ressarcimento pecuniário pelos serviços prestados por esses/as colaboradores/as.

Uma melhor estruturação administrativa determinada a propiciar apoio constante e efetivo à coordenação das ações de extensão, particularmente das ACE, respaldando os/as docentes para as aplicações dos recursos financeiros da bolsa de coordenação, acredita-se que resultaria em reflexos positivos alcançados por esses/as profissionais, focados/as em atividades de docência na ação extensionista.

O ser humano bom está focado em realizar coisas boas, mas para tal é necessário que lhe sejam providas as condições materiais e espirituais que possibilitem a consecução dos resultados almejados, sem interferir de forma que provoque, necessariamente, sua transformação e mudança de comportamento.

Nesse aspecto primeiramente Rousseau e depois Marx, expressaram pensamento contrário à atuação da organização como transformadora do homem (e da mulher) e de seu comportamento, afirmando que ela o/a transformava em apenas mais um de seus meios de produção, passivo de manipulação, perdendo, portanto, sua natureza boa e pura.

Em sua obra “O Contrato Social”, Rousseau afirma sua intenção de investigar “se pode haver, na ordem civil, alguma regra de administração, legítima e

---

<sup>66</sup> SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria Laura. Por uma globalização do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Record, 2000. p. 67.

segura, que torne os homens tais como são e as leis tais como podem ser.”<sup>67</sup> Afirma ainda o filósofo que “Uma vez que homem nenhum possui uma autoridade natural sobre seu semelhante, e pois que a força não produz nenhum direito, restam pois as convenções como base de toda autoridade legítima entre os homens”.<sup>68</sup>

Esses ensinamentos coadunam com os procedimentos implementados pelo coordenador/a na a gestão de projeto de extensão, por analogia ao fato de que em muitas situações o gestor da ACE age livre de amarras legais, porem, preso a seus princípios, o que lhe compromissa a fazer o melhor que pode da maneira mais límpida e cristalina.

### **3.5 Resultados da Pesquisa: Uma análise na perspectiva ética**

Pelo que pudemos investigar a resposta à pergunta da pesquisa: *Como os Princípios Éticos e Outros Valores Subjacentes Podem Influenciar na Gestão dos Recursos da Bolsa de Coordenação do Programa PACE na Universidade Federal do Amazonas (UFAM)?*

*Diante da crescente* quantidade e sensível melhoria da qualidade das Ações Curriculares de Extensão Universitárias que são executadas a cada semestre letivo nesta Universidade, ainda que enfrentem dificuldades de toda ordem, os/as coordenadores/as utilizam os recursos da bolsa de coordenação que lhes são destinados no custeio das ACE. A discricionariedade da qual esse ato é revestido é uma expressão de ética e boa vontade da coordenação.

Mesmo que não se atribua, necessariamente, aos atos de bondade praticados uma expressão de religiosidade das pessoas, não podemos negar que existe em cada ser humano, correto e bom, a expressão divina que impulsiona e o conduz a ser assim, mesmo que não se denomine crente ou religioso.

A inserção das ações na sociedade se evidencia com a institucionalização de mais de 30 Programas de Extensão voltados para atender a comunidade, especialmente a de baixa renda, nos aspectos da saúde, da vulnerabilidade social e do acesso á justiça e cidadania.

A partir das experiências que pesquisamos e das muitas tratativas deliberadas nas pautas de reuniões da Câmara de Extensão e Interiorização da

---

<sup>67</sup> ROUSSEAU, Jean-Jacques. O Contrato Social. Livro I. trad. Rolando Roque da Silva. ed. eletrônica: ed. Ridendo Castigat Mores. Disponível em [https:// www.jahr.org](https://www.jahr.org)

<sup>68</sup> ROUSSEAU,

PROEXTI/UFAM, nas quais testemunhamos os variados e recorrentes depoimentos trazidos pelas coordenações das ACE sobre as “manobras paliativas” adotadas para conduzir e realizar suas Ações, diante de dificuldades e entraves de toda natureza,- podemos, correndo o risco de muito simplificar, afirmar que as deficiências identificadas e as alternativas que tentaremos apontar não são ferramentas corretivas de ordem moral, mas confirmatórias de que existem carências de instrumentos que possam dar suporte a esses Sujeitos da Ética e da Cultura.

Meirelles define a atuação da Administração não como prática de atos de governo, mas, tão somente, como atos de execução, com maior ou menor autonomia funcional, segundo a competência do órgão e de seus agentes.<sup>69</sup>

Daí prevalece a responsabilidade objetiva do Estado sobre os atos praticados pelos seus/as agentes, uma vez que esses/as agem em nome daquele e sua autonomia e legitimidade se substancia por atribuição de competência funcional e não por delegação de poderes representativos.

Nos espaços em que a pessoa atua como elemento de mudança, sua participação torna-se necessária e firma-se seu vínculo com a comunidade na qual age e interage. Leonardo Boff afirma que: “O ser humano não interage apenas face ao meio. Ele procura sentir-se bem nele. Para isso introduz mudanças.”<sup>70</sup>

Entretanto, não se trata de impor suas vontades e inclinações particulares, mas, dentro de um conjunto heterogêneo de necessidades e pensamentos, provocar vicissitudes pautadas nos valores éticos.

O ser humano deve figurar no topo do interesse e para ele deve ser sinalizado o alcance e a direção como alvo principal das ações. Afirma Elisabete Passos que a preocupação com a dimensão humana significa “preocupação com a dimensão ética, pois se estabelece o respeito no lugar do desrespeito, a confiança em vez da desconfiança, o companheirismo e a solidariedade e não a competição cega e desenfreada”.<sup>71</sup>

Por um lado fica evidenciado que não compete às organizações, por exemplo, dar aos indivíduos vontade e alegria para trabalhar, mas condições para que eles procurem suas próprias satisfações. Elas devem proporcionar condições para que as pessoas desenvolvam seus talentos e estimulá-las a isso.

---

<sup>69</sup> MEIRELLES, 2005, p. 66.

<sup>70</sup> BOFF, Leonardo. *O despertar da águia: o dia-bólico e o sim-bólico na construção da realidade*. 20 ed. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 102.

<sup>71</sup> PASSOS, 2001, p. 82.

A PROEXTI/UFAM, através da Câmara de Extensão e Interiorização e de seu quadro funcional, tem procurado se modernizar no sentido de aparelhar-se com pessoas e equipamentos capazes de intensificar e estender o apoio necessário aos projetos de extensão por ela institucionalizados, ciente de que há um caminho a percorrer e barreiras a vencer no limiar dessa busca pela eficiência e alto desempenho administrativos.

Por outro, mesmo dispondo dos instrumentos necessários para manter sua conduta moral ilibada, é intelegível que o ser humano ético tem seu lado sombrio e que pode desviá-lo/a, em alguns momentos, de seu modo de viver pautado em procedimentos abonadores de sua conduta, dos princípios com os quais tem delineado predominantemente seus atos, travando um combate cotidiano para minimizar os desvios e não sucumbir diante das armadilhas do mal.

O Plano Nacional de Educação (PNE) estabelece como Meta a curricularização das ações de extensão universitária, estabelecendo sua inserção nos projetos pedagógicos dos cursos, com no mínimo 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares de cada curso, todavia, não há uma dotação orçamentária para a extensão nos moldes do que existe especificamente para o ensino e para a pesquisa, o que se torna um desafio para a Administração Superior das IFES fazer representações junto ao Ministério da Educação para à medida que a implantação da curricularização vá se efetivando, seja canalizado pelo MEC recurso financeiro específico, com a rubrica de custeio de ação de extensão universitária, para o financiamento dessas ações previstas na matriz curricular de cada projeto pedagógico.

Como resultado concreto a pesquisa não aponta se os procedimentos adotados pela coordenação das ACE estão corretos ou errados, fundamentados ou sem amparo legal, eivado de vícios, mesmo porque esta não é a finalidade maior do presente trabalho, mas denota que existem lacunas a serem preenchidas com sugestões padronizadas de boas práticas administrativas (algumas já executadas por esses gestores), com o apoio administrativo institucional aos/as coordenadores/as e, acima de tudo com o direcionamento, mediante a conscientização, para que o grande objetivo seja atingido: A comunidade externa (a sociedade), legítima beneficiária das ações extensionistas, seja efetivamente contemplada e agraciada com os resultados desses projetos.

### 3.6 Aspectos religiosos subjacentes aos princípios éticos

O espírito de abnegação e a vocação pela docência se expressam nas ações executadas e na forma dedicada e amorosa pela qual a coordenação das ACE conduz essa interação entre seus discentes e a comunidade participante do projeto de extensão.

Ao contrário da moral, é sempre possível se analisar a postura ética. Seja qual for a doutrina religiosa, os seus ensinamentos são reflexivos e decorrentes da lei universal de preservação da vida. Esse tipo de leitura tornaria qualquer livro sagrado bem-vindo em todas as culturas. Para Avelino, “não se trata de abandonar sua cultura, seus costumes, mas conhecer e até somar. Seria, para tanto, necessário uma compreensão de religião como modo cultural”.

Se pensarmos no que há em comum entre as diversas regras morais, presente em muitas culturas, inclusive nas orientais, como não matar, não ferir e tornar a vida e o mundo melhor para todos, os seres humanos que agirem moralmente mesmo não tendo religião, indicaria que não há a uma ligação obrigatória entre moralidade e religião. Conforme a observação logo no início desse texto, a respeito da constituição do ethos, a noção de moralidade é oferecida não apenas pela religião, mas pelos demais âmbitos do universo social. Por isso é natural que ateus e agnósticos tenham posturas morais e éticas tanto quanto os religiosos.<sup>72</sup>

A forma como vemos as pessoas e não como a que elas se conduzem no seu dia-a-dia, nos parece passível e suficiente para emitirmos juízo de valor sobre seu caráter. Induz a julgar pela aparência. Entretanto, há sempre outros fatores relacionados ao que se apresenta como simples e óbvio. Por mais comum que seja o fenômeno, traz consigo características que o fazem singular e ao mesmo tempo complexo. Trazendo a religiosidade à baila, com relação a sua influência no indivíduo quanto à presença ou não de posturas morais e éticas, não é precisamente a prática religiosa ou a assunção de qualquer crença que determina se o ser humano é bom ou mau, se sua conduta é ilibada ou se tem vícios que a desabonam. Conforme Leonardo Boff, o universo em cosmogênese apresenta três características:

A complexidade, a re-ligação e a interioridade. “Desde o primeiro momento após o rompimento do ovo originário criam-se complexidades, quer dizer,

---

<sup>72</sup> AVELINO, Márcia. *Reflexão sobre Ética e Religião*. Disponível em: <[http://www.filozar.com.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=108%3Areflexao-sobre-etica-e-religiao&Itemid=119](http://www.filozar.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=108%3Areflexao-sobre-etica-e-religiao&Itemid=119)>. Acesso em: 01 out. 2015.

conjuntos constituídos de partes inter-relacionadas entre si, originando totalidades na forma de campos energéticos".<sup>73</sup>

Ao buscar uma correlação entre a citação de Boff com a realidade do/a agente extensionista, aproveitamos o exemplo do/a docente coordenador/a que diante de uma situação por ele desconhecida, pergunta ao colega como ele fez para resolver tal problema? Qual procedimento adotou como ferramenta administrativa ou pedagógica? Como usou o recurso financeiro na execução de um projeto? Ou ainda, quais as medidas que se deve tomar com relação à prevenção da natureza e do meio ambiente, antecedentes à execução das ações de extensão?

As informações obtidas podem servir para formar sua convicção de que as utilizará, replicando-as, por serem comprovadamente aplicáveis, como também lhe é facultado optar pela adoção de seus próprios métodos, de acordo com sua visão e entendimento.

As formas como os seres humanos podem compreender os fenômenos naturais e sociais são carregadas por certa subjetividade. Os valores intangíveis, tais como amor, afeto, carinho, fé, compaixão, inveja, ódio, ambição, exercem influências na vida e nas relações humanas, embora sua percepção seja mais ou menos acentuada em cada indivíduo.

Embora a investigação não consista em identificar religião professada por quaisquer dos/as envolvidos/as neste trabalho, em linhas gerais, pretende-se fazer um paralelo de como alguns aspectos religiosos permeiam e se mostram presentes nos atos e decisões mais singelas desses/as servidores/as extensionistas, independente da assunção ou prática de qualquer denominação religiosa.

A ética permeia as boas ações assim como o espiritualismo, centrado no bem, se homogeniza na intersecção natural e voluntária existente nos humanos virtuosos.

Destarte, a despeito desta pesquisa na tratativa dos dados em tela não se caracterizar pela perspectiva eminentemente religiosa, verifica-se nesta investigação a capilaridade da espiritualidade nos/as componentes pesquisados/as, presentes nas ações humanas dos/as extensinistas, naquelas ações notadamente revestidas de valores éticos, externada pela adoção e prática voluntária do agir bem, do bom procedimento, ainda que este seja impensado, oriundo de fonte introspectiva.

---

<sup>73</sup> BOFF, 1998, p. 85-87.

Sem adentrar na acepção legal dos atos administrativos praticados, ficamos no campo da detecção dos princípios e valores éticos das escolhas feitas pelos/as coordenadores/as do Programa PACE, porque esse pode ser o campo privilegiado das ACE e da própria Universidade. As outras opções jurídicas, religiosas, políticas de participação ou as escolhas por critérios sociais, são escolhas e podem demandar um processo mais longo de vivência de experiências concretas.



## CONCLUSÃO

O estudo realizado teve como escopo evidenciar o direcionamento dado pela coordenação das ações de extensão do PACE à gestão dos recursos financeiros obtidos como bolsa de coordenação, enfatizar os encaminhamentos, decisões e caminhos optados por esses gestores ocasionais na condução de suas atividades extensionistas.

Embora saibamos que o assunto pesquisado seja bastante amplo e que contem elementos alvissareiros por explorações aprofundadas em outros aspectos, tais como: O papel informativo e consultivo dos órgãos fiscalizadores externos (TCU – CGU) no acompanhamento e nas auditorias preventivas que poderiam ser prestadas aos/as servidores/as no tocante à gestão contábil e financeira dos projetos, o que, de certo, traria relevantes subsídios ao estudo. A pesquisa realizada, através dos indicadores, sinaliza que os/as docentes coordenadores/as das ACE mediante o seu poder discricionário que a Administração Pública lhe concede para decidir quanto à gestão e emprego dos recursos da bolsa de coordenação, em sua maioria, substancia o emprego desses recursos de forma austera e transparente, demonstrando que discricionariedade não se confunde com arbitrariedade.

Na extensão universitária da UFAM que tem como público interno e externo os cidadãos que compõem a sociedade amazonense, subsistem as desigualdades estruturais da economia, do social e do cultural, além de ser o espaço onde as relações se manifestam. É verdade que a escola não se constitui no instrumento por excelência e no mais primordial para o combate daquelas desigualdades, mas naquilo que lhe cabe, que é sua competência – o trato com a aquisição e a produção de conhecimentos, incluindo a formação e o desenvolvimento de valores humanos.

Pela análise dos dados constantes do terceiro capítulo, no qual tiveram destaques as tratativas das informações obtidas nas consultas aos documentos oficiais e nos dados empíricos retirados das respostas ao questionário aplicado aos/as coordenadores/as das ACE, revelou-se de cabal importância ressaltar na gestão dos projetos, os aspectos religiosos subjacentes aos princípios éticos encontrados, na perspectiva de explorar aquilo que poderia ser visto apenas no campo eminentemente técnico administrativo, ser também no prisma espiritual e subjetivo.

O segundo capítulo traz uma disposição que caracteriza o teatro onde se desenvolve a pesquisa, define o objeto estudado, suas subdivisões, sustentação legal e descreve seus personagens.

No capítulo inicial encontramos os conceitos elementares para situar o entendimento das principais correntes doutrinárias sobre o tópico pesquisado, com direcionamento ajustado precipuamente para a gestão, o papel social da universidade e a ética no serviço público.

Com um olhar mais atento e crítico podemos constatar que há certa liberalidade para os gestores na utilização dos recursos financeiros da bolsa de coordenação do PACE, contudo, esse poder discricionário que hoje lhe é facultado, poderia resultar em má gestão do erário, incorrendo o/ servidor/a em riscos de cometer ato de improbidade e fadar o projeto a não lograr êxito, por não alcançar a finalidade a que se destina.

Sem qualquer receio de incorrer em equívoco, a pesquisa indicou que as aplicações dos recursos da bolsa de coordenação, do ponto de vista da finalidade para a qual foi utilizado o erário público, mostrou-se irrepreensível, o que sinaliza para uma adequada Gestão Administrativa das Coordenações. Esse resultado potencializa a responsabilidade da Pró-Reitoria de Extensão e Interiorização da UFAM por apresentar suas demandas junto à Administração Superior daquela IFES, no sentido de determinar a execução dos procedimentos internos nas variadas Unidades e Órgãos Internos envolvidos e representar junto ao Ministério da Educação a inclusão da dotação orçamentária específica, que dê sustentação financeira para a implantação do Projeto de Curricularização das Ações Extensionistas na UFAM, em cumprimento à meta 12.7 do Plano Nacional de Educação.

A proposta de ofertar uma Coletânea de Conceitos Básicos de Finanças Públicas para a comunidade que tiver interesse em adquirir essas noções elementares, baseia-se no entendimento de que há uma deficiência daqueles/as que não têm uma formação nas áreas de Estudos Sociais (Ciências Contábeis, Economia, Administração) ou que não atuam nesse segmento, para a condução administrativa dos projetos de extensão.

Para atender a essa demanda foi elaborada pelo pesquisador, como ferramenta de apoio à coordenação das Ações Curriculares de Extensão (ACE), uma coletânea de conceitos básicos de finanças públicas, acessível no endereço:

<<http://proexti.ufam.edu.br/index.php/departamentos/darpex>>, contendo os principais conceitos utilizados na gestão pública financeira, com as terminologias e os preceitos legais adotados pelo Tribunal de Contas da União e pela Controladoria Geral da União, deste modo, observados os princípios éticos e legais pertinentes, tenho a intenção que venha a servi-los/as como instrumento de consulta à nomenclatura e aos procedimentos de gestão adotados pela Administração Pública Federal.

Notadamente destaca-se a importância de um disciplinamento e de uma normatização da gestão desses recursos financeiros, bem como a disponibilização das informações atinentes às ACE à comunidade em geral, a fim de que seja promovido o debate e colhidas sugestões quanto aos mecanismos que possam viabilizar uma melhor compreensão da aplicabilidade do PACE, consolidando seus procedimentos, cada vez mais pautados na ética para uma boa gestão pública, com fins de mitigar a incidência e os impactos trazidos pela eventual inobservância de algum preceito administrativo.

Pelo exposto, considerando os conceitos, a doutrina e os dados documentais extraídos, os resultados sinalizaram a necessidade de que sejam feitas reflexões sobre o Programa de Ação Curricular de Extensão (PACE) na formação acadêmica, nos resultados práticos dessas atividades para os/as discentes extensionistas e para a comunidade beneficiária, tendo como consequência a provocação da Câmara de Extensão e Interiorização da PROEXTI/UFAM, não apenas no sentido de deliberar para aprovação de uma regulamentação definida e adequada às boas práticas recorrentes nos projetos de extensão executados, mas acima de tudo por evidenciar a importância do uso dos recursos financeiros para o atingimento do objetivo maior das ACE que é levar a academia para a comunidade e, juntos, promover o desenvolvimento cultural e científico da sociedade.



## REFERÊNCIAS

- AMOEDO, Sebastião. *Ética do Trabalho: era da pós-qualidade*. 2. ed. rev. e ampliada. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2007.
- ANDRADE, Ilza Araújo Leão de (Org;). *Metodologia do Trabalho Social: a experiência da extensão universitária*. Natal, RN: EDUFRN Editora da UFRN, 2006.
- AQUINO, S. Tomás de. *De virtutibus in communi*, q. un. a.6, ad 1. Apud LUÑO, Angel Rodríguez. *Ética*, EUNSA, Pamplona (Espanha), 1982.
- AVELINO, Márcia. *Reflexão sobre ética e religião*. Disponível em: <[http://www.filoczar.com.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=108%3Areflexao-sobre-etica-e-religiao&Itemid=119](http://www.filoczar.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=108%3Areflexao-sobre-etica-e-religiao&Itemid=119)>. Acesso em 01.10.2015.
- BARBOSA, Maria Nazaré Lins. *A Ética e o Terceiro Setor*.
- Bíblia Sagrada: *revista e corrigida*; traduzida em português por João Ferreira de Almeida. 3. ed. São Paulo.
- BOFF, Leonardo. *O Despertar da Águia: o dia-bólico e o sim-bólico na construção da realidade*. 20 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- \_\_\_\_\_. Leonardo. *O despertar da águia: o dia-bólico e o sim-bólico na construção da realidade*. 20 ed. Petrópolis: Vozes. 1998.
- \_\_\_\_\_. Leonardo. *O despertar da águia: o dia-bólico e o sim-bólico na construção da realidade*. 20 ed. Petrópolis: Vozes. 1998.
- \_\_\_\_\_. *Saber Cuidar: ética do humano – compaixão pela terra*. 19 ed. Petrópolis: Vozes, 2013.
- BRASIL, Constituição da República Federativa do. Congresso Nacional: Assembleia Nacional Constituinte. Brasília. 1988.
- \_\_\_\_\_. *Constituição da República Federativa do*. 1988.
- \_\_\_\_\_. Controladoria Geral da União - CGU. *Coletânea de entendimentos*. Secretaria Federal de Controle Interno. Brasília-DF, 2013.
- \_\_\_\_\_. Dec. 1.171/1994. *Código de Ética do Servidor Civil do Poder Executivo Federal*. Cap. I, Seção I, Inc. III.
- \_\_\_\_\_. Dec. 1.171/1994. *Código de Ética do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal*, Cap. I, Seção II, Inc. XIV, Alínea i.
- \_\_\_\_\_. Dec. 1.171/1994. *Código de Ética do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal*, Cap. II, Inc. XXIII.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. *Estatuto e Regimento Geral da Universidade Federal do Amazonas*, CONSUNI. 1995.

\_\_\_\_\_. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação: Lei 9.394*. 1996.

BURITY, Joanildo. *Religião, política e cultura*. Tempo social, São Paulo, vol. 20, n 2, p. 83-113, 2008. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ts/v20n2/05.pdf>> Acesso em: 28 nov. 2013.

BUTTLE, Francis A. *The co-ordinated management of meaning: A case exemplar of a new consumer research technology*. European Journal of Marketing; 1994.

CERTO, Samuel C., PETER, J. Paul. *Administração estratégica: planejamento e implantação da estratégia*. São Paulo: Makron Books, 1993.

CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e Resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. 6ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1994.

CHIAVENATO, Idalberto. *Introdução à teoria geral da administração/ edição compacta*. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

\_\_\_\_\_. Idalberto. *História da administração: entendendo a administração e sua poderosa influência no mundo moderno*. São Paulo: Saraiva 2009.

CUYABANO, Emília Darci de Souza. Fala proferida durante aula da Disciplina de Organização do Trabalho Pedagógico –PPGEdu/UNEMAT – Mestrado em Educação. Cáceres-MT, 2010.

DIAZ, Anderson Moraes. *O Ser Humano – Ser Transcendente*.

Disponível em [http://www.eticaempresarial.com.br/imagens\\_arquivos/Data de acesso 27.5.2015](http://www.eticaempresarial.com.br/imagens_arquivos/Data de acesso 27.5.2015)>. Disponível em: <http://www.odialetico.hpg.com.br>. Acesso em 01.10.2015.

DRUCKER, Peter. *O gerente eficaz*, tradução de Jorge Fortes. Rio de Janeiro: LTC, 1990.

ESTEBAN, Maria Paz Sandín. *Pesquisa qualitativa em educação fundamentos e tradições*. Porto Alegre: AMGH, 2010.

FAYOL, Henry. *Administração industrial e geral: previsão, organização, comando, coordenação, controle*. 10. ed. – 10. reimpressão. - São Paulo: Atlas 2010.

FAZZI, José Luiz. *Itinerários Formativos e Curriculares na Educação de Jovens e Adultos*. Tese Doutorado. UFMG. Belo Horizonte: 2007.

FORPROEX. Fórum de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. *Plano Nacional de Extensão Universitária*. Ilhéus; Editus, 2001.

\_\_\_\_\_. Fórum de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. *Extensão Universitária: organização e sistematização*. Coordenação Nacional FORPROEX, Belo Horizonte, 2003.

\_\_\_\_\_. Fórum de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. *Institucionalização da Extensão nas Universidades Públicas Brasileiras: estudo*

*comparativo* 1993/2004. Coordenação Nacional FORPROEX, João Pessoa: Editora Universidade da UFPB;

\_\_\_\_\_. Fórum de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. *Extensão universitária e flexibilização curricular: uma visão da extensão*. Porto Alegre: UFRGS; Brasília: MEC/SESu, 2006.

FREIRE, Paulo e HORTON, Myles. *O Caminho se faz caminhando: Conversas sobre educação e mudança social*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

GAMBOA, Silvio Ancisar Sánchez. *Contrapontos* – vol. 3 - n. 3 - p. 393-405 - Itajaí, set./dez. 2003.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas e pesquisa social*. 4ª ed. São Paulo: Atlas 1994.

\_\_\_\_\_. Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo, SP, Editora Atlas. 2005.

GIL, Edson. *A nova gerência: a estratégia ao alcance de todos*. Rio de Janeiro: Alta Books, 2003.

GIUMBELLI, Emerson. *Religião, Estado, modernidade: notas a propósito de fatos provisórios*. Estudos avançados, São Paulo, vol. 18, n. 52, p. 47-62, 2004.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v18n52/a05v1852.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

GURGEL, R. M. *Extensão universitária: comunicação ou domesticação*. São Paulo: Cortez, Autores Associados, UFC, 1986.

HABERMAS, Jürgen. *Conhecimento e Interesse*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

\_\_\_\_\_. Jürgen. *Direito e Moral*. Lisboa: Instituto Piaget. 1999.

HOBBS, Thomas. *O Leviatã. Matéria, Forma e Poder da Comunidade Eclesiástica e Civil*. França: 1651.

HOFLING, Eloisa de Mattos. *Estado e Políticas (Públicas) Sociais*; Caderno Cedes, Ano XXI, nº 55, novembro/2001.

JONAS, Hans. *Toward a Philosophy of Technology*. The Hastings Center Report. n 1, 1979.

KANT, Immanuel. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. Trad. Paulo Quintela. Ed. 70 LDA. Lisboa: 2007.

KEINERT, Tonia Margarete Mezzomo, *Administração pública no Brasil: crises e mudanças de paradigmas*. 2. Ed. São Paulo: Annblume: FAPESP, 2007.

LUÑO, Angel Rodríguez. *Ética*. Pamplona (Espanha): EUNSA, 1982.

MACÊDO, Ivanildo Izaias de, et al. *Aspectos comportamentais da gestão de pessoas; série gestão empresarial* – FGV. 9. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

MAX, Weber. *Wirrskbuft and Gesewirkbuft*. Colónia, 1964.

MAY, Roy H. *Discernimento moral: uma introdução à ética cristã*. Trad. Walter O. Schlupp. São Leopoldo: Sinodal, 2008.

MILBURN, Thomas W; BILLINGS, Robert S. *Decision-making perspectives from*

MINTZBERG, H., AHLSTRAND, B., LAMPEL, J. *Safári de estratégia: um roteiro pela selva do planejamento estratégico*. Porto Alegre: Bookman, 2000.

MORAES, Ana Karina Araújo de. *Um Olhar Sobre Parcerias e Desenvolvimento*. 1ª ed. Recife: Academia de Desenvolvimento Social. 2008.

N. Luhmann, *Rechrs soziologie*. Opladen: 1983.

NOGUERIA, M. D. P. *Políticas de Extensão Universitária Brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

OGUISSO, T.; ZOBOLI, E. *Ética e Bioética: desafios para a enfermagem e a saúde*. Barueri: Manole, 2006.

OLIVEIRA, José Antônio Puppim de. *Desafios do Planejamento em Políticas Públicas: diferentes visões e práticas*; RAP, Rio de Janeiro 40 (1): 273-88, Mar./Abr. 2006.

OTTO, Rudolf. *O Sagrado: os aspectos irracionais na noção do divino e sua relação com o racional*. Traduzido por Walter O. Schlupp. 2. ed. São Leopoldo: Sinodal/EST; Petrópolis: Vozes, 2011.

PASSOS, Elizete. *Ética do Serviço Público*. FUNDAÇÃO Luis Eduardo de Magalhães. A ética nas organizações: *gestão pública: desafios e perspectivas*. Salvador: FLEM, 2001.

PAUL, Ricoueur. *Ética e Moral*. Trad. Antônio Campelo Amaral. Covilha: Textos Clássicos da Lusosofia. 2011.

PNE, *Plano Nacional de Educação*. Aprovado pela Lei Federal 13.005, de 25 de junho de 2014.

PONTES, Bruno Cesar da Luz. *Ética e compromisso do servidor público*. p. 15-16. Disponível em: <<http://www.agu.gov.br/page/download/index/id/525850>>. Acesso em: 18 set .2015.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *O Contrato Social*. Livro I. trad. Rolando Roque da Silva. ed. eletrônica: ed. Ridendo Castigat Mores. Disponível em: <<https://www.jahr.org>>. Acesso em: 19 out. 2015.

SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria Laura. *Por uma globalização do pensamento único à consciência universal*. São Paulo: Record, 2000.

SARMENTO. Hélder Boska de Moraes. *Violência e Ética no Cotidiano das Escolas*. Belém-PA: UNAMA, 2007.

SILVA FILHO. José Carlos Bastos. *Cooperação como princípio constitucional positivo*. Jus Navigandi, Teresina, ano 11, n. 1516, 26 ago. 2007. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=10325>>. Acesso em: 19 out. 2015.

SILVA. José Edilton Calado. *Coletânea de conceitos básicos de finanças públicas*. Manaus: Proext-UFAM, 2015. Disponível em: <http://proexti.ufam.edu.br/index.php/departamentos/darpex>>. Acesso em:

SYMON. Gilian; CLEGG, Chris. Constructing identity and participation during technological change. *Human Relations*. Sep 2005.

TAYLOR. Frederick Winslow. *Princípios de administração científica*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 1976.

UFAM. Universidade Federal do Amazonas. Pró-Reitoria de Extensão e Interiorização. *Institui o Programa Atividade Curricular de Extensão: PACE*. Resolução 001/2006. PROEXTI - CEI, 2006.

\_\_\_\_\_. Pró-reitoria de Extensão da Universidade Federal do Amazonas. *Guia de Extensão das Ações de Extensão Universitária*. 2006.

VERGARA. Sylvia Constant. *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

\_\_\_\_\_. Sylvia Constant. *Métodos de pesquisa em administração*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

VIEIRA. Marcelo Milano Falcão; CARVALHO, Cristina Amélia. Carvalho. *Organizações, instituições e poder no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

VIEIRA. Tereza Rodrigues. *Bioética e direito*. 2. ed. Atual. São Paulo: Editora Jurídica Brasileira, 2003.







## ANEXO II



Poder Executivo  
Ministério da Educação  
Universidade Federal do Amazonas  
Pró-Reitoria de Extensão – PROEXT  
Anexo II



### TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE PESQUISA DOCUMENTAL PARA DISSERTAÇÃO DE Mestrado

Autorizo o Senhor JOSÉ EDILTON CALADO SILVA, Diretor do Departamento de Articulação e Planejamento de Extensão – DARPEX, aluno do Mestrado Profissional da Escola Superior de Teologia - EST, a realizar Pesquisa Documental nos relatórios dos Projetos PACE-PROEXT, com a finalidade de produzir a Dissertação de Mestrado intitulada: "GESTÃO ÉTICA NAS ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO NA UFAM", para obtenção do grau de Mestre em Teologia conferido pela Escola Superior de Teologia - EST, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Teologia, Linha de Pesquisa Ética e Gestão.

Manaus-AM, 22 de outubro de 2014.

LUIZ FREDERICO MENDES DOS REIS ARRUDA

Pró-Reitor de Extensão – UFAM



### ANEXO III

#### Questionário Aplicado aos Coordenadores de Ações Curriculares de Extensão - PACE PESQUISA EMPÍRICA

Nome:

Titulação:

Religião: (Sim) \_\_\_\_ (Não) \_\_\_\_ Se tem, Qual? \_\_\_\_\_

Questão:	Respostas	OPTATIVAS		
		POUCO (0-10) < 5	MÉDIO (0-10) >5<8	ALTO (0-10) >8
1. Como classifica seus conhecimentos em Gestão Pública Financeira?				
2. Como considera o apoio pela estrutura administrativa da UFAM à Coordenação do Projeto PACE, na execução financeira das ações?				
Questão:	Respostas	NECESSÁRIAS		
		SIM	NÃO	N/A
3. Os docentes trazem consigo uma bagagem de conhecimentos adquiridos em outras experiências profissionais vivenciadas?				
4. Os princípios gerais administrativos são conhecidos e empregados de forma subsidiária na gestão dos recursos?				
5. Valem-se das habilidades e conhecimentos dos/as discentes colaboradores/as dos projetos para a condução da sua parte administrativa?				
6. A relação afetiva desenvolvida com os/as discentes cria uma relação de compromisso com esses/as e o/a estimula a se empenhar na condução do projeto?				
7. Buscam orientação com outros/as coordenadores /as de projetos e copiam os procedimentos de aplicação e gestão dos recursos financeiros?				
8. Desconhecem as normas e procedimentos que possam ser atribuídos ao uso e gestão de recursos financeiros nos projetos e, portanto, aplicam os recursos sem critérios, não se preocupando com a prestação de contas dos mesmos (já que não é ilegal, não me importa se é imoral)?				